

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
NAIRANNA SILVA DE CARVALHO

**A REUTILIZAÇÃO DA FÁBRICA PEIXE COMO
MECANISMO COMERCIAL: uma proposta para
um mercado público em Pesqueira / PE**

RECIFE
NOVEMBRO/ 2013

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
NAIRANNA SILVA DE CARVALHO

**A REUTILIZAÇÃO DA FÁBRICA PEIXE COMO
MECANISMO COMERCIAL: uma proposta para
um mercado público em Pesqueira / PE**

Trabalho de Graduação, desenvolvido pela aluna: Nairanna Silva de Carvalho, sob orientação da professora Ms. Tereza Cristina Simis, apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas da Instrução Cristã, como segundo exercício da disciplina de Trabalho de Graduação II, ministrado pela Prof.^a: Luciana Santiago.

RECIFE
NOVEMBRO/ 2013

Carvalho, N. S.

A reutilização da fábrica de peixe como mecanismo comercial: uma proposta para um mercado público em Pesqueira / PE. Nairanna Silva de Carvalho. O Autor, 2013.

125 folhas.

Orientador(a): Tereza Cristina Simis

Monografia (graduação) – Arquitetura e Urbanismo - Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Arquitetura 2. Fábrica 3. Patrimônio Histórico 4. Intervenção.

720 CDU (2ªed.)

720 CDD (22ª ed.)

Faculdade Damas

TCC 2013 - 201

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

RESUMO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1. REFERÊNCIAL TEÓRICO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL.....	08
1.2 VALORIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E REUTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	11
1.3 DEFINIÇÃO DOS CENTROS COMERCIAIS.....	15
1.4 FEIRA LIVRE E A CIDADE.....	16
1.5 MERCADO PÚBLICO E A CIDADE.....	20

CAPÍTULO 2. ESTUDOS DE CASOS

2.1 MERCADO DE CASA AMARELA- RECIFE/PE.....	26
2.2 MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO- SÃO PAULO/SP	34
2.3 SESC- POMPÉIA – POMPÉIA/SP.....	41
2.4 ANÁLISE COMPARATIVA.....	46

CAPÍTULO 3. CONHECENDO A ÁREA

3.1 ÁREA DE ESTUDO.....	47
3.1.1 Localização do município de Pesqueira.....	47
3.1.2 Breve histórico.....	49
3.2 A FÁBRICA PEIXE.....	52
3.2.1 Localização / Acessos.....	53
3.2.2 Histórico.....	56
3.2.3 Estilo arquitetônico: Art Decó.....	62
3.2.4 Entorno.....	64

3.2.5 Situação atual.....	66
3.2.5.1 Diagnóstico da feira livre.....	75
3.2.6 Aspectos legais.....	83
CAPÍTULO 4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	86
4.1 DIRETRIZES INICIAIS PARA INTERVENÇÃO.....	86
4.2 DEFINIÇÃO DO USO.....	86
4.2.1 Uso escolhido.....	87
4.2.2 Consequências do novo uso.....	88
4.3 ANÁLISE E PROPOSTAS DAS ATIVIDADES.....	88
4.4 LEGISLAÇÃO.....	91
4.5 PROGRAMA E DIMENSIONAMENTO.....	93
4.6 ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA.....	95
4.7 MEMORIAL ARQUITETÔNICO.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICE.....	111
ANEXO.....	118

INTRODUÇÃO

A Fábrica Carlos de Britto/SA conhecida como Fábrica Peixe, juntamente com tantas outras indústrias alimentícias instaladas no interior de Pernambuco nos anos de 1897/1898, foi um elemento importante para o desenvolvimento da cidade de Pesqueira. Seus valores social, econômico, histórico e arquitetônico marcaram por muitas décadas e ainda marcam até hoje. Ao longo desse tempo, vários usos a ela foram atribuídos. Consequentemente, resultou na descaracterização do imóvel. Sendo uma construção marcante, projetou-se como ponto referencial, funcional e turístico para o centro da cidade.

O crescente interesse no Patrimônio Industrial vem aumentando nas últimas décadas. A reutilização de edifícios fabris é um assunto que deve ser tratado com bastante atenção, pelo fato de surgirem diversos problemas com mudanças das características físicas e espaciais da construção. Pode ser sintetizada a questão de patrimônio industrial na formulação da Carta de Nizhny Tagil (2003), pelo TICCIH (The International Committee Conservation of the Industrial Heritage), em que são apresentadas definições, valores, importância da identificação, proteção legal, e também algumas disposições sobre intervenções como manutenção e conservação.

Tornando-se a fábrica inoperante, foram destinadas a ela diferentes funções, direcionadas ao comércio formal, informal e estruturas de apoio das secretarias da prefeitura. Uma grande infraestrutura de fácil acesso, a fábrica obtém possibilidade de crescimento espacial, principalmente, por localizar-se no centro da cidade. Porém, não oferece suporte técnico, nem organizacional para total funcionamento confortável, seguro e de qualidade.

Inicialmente, é importante ressaltar, que a feira livre da cidade foi relocada para a fábrica, ocupou o espaço do pátio interno de forma rápida e desordenada para atender a demanda do comércio. As aglomerações causadas pela feira livre e a precariedade do seu funcionamento motivaram a falta de higiene, a venda indiscriminada de variados gêneros alimentícios e o desrespeito ao meio ambiente. Com isso, os princípios básicos de saneamento e a distribuição da água ficaram comprometidos, surgindo assim, os repentinos imprevistos causando transtornos e desordens.

Com base nesse contexto, observou-se a desvalorização da Fábrica Peixe. Com isso, a pesquisa foi de grande importância para promover a valorização e reutilização do edifício fabril. Dessa forma, chegou-se a conclusão de que esse trabalho contribuirá, não apenas, para os habitantes, mas através do turismo, para a economia local.

Dois fatores também justificam a pesquisa: o primeiro é o valor do patrimônio histórico industrial da cidade e seu entorno; o segundo é a diversidade de comercialização com o intenso fluxo populacional em criar ou manter costumes tradicionais, por exemplo, ir ao mercado e à feira livre.

O objetivo geral desse trabalho foi desenvolver uma proposta de Intervenção na Fábrica Peixe, localizada em Pesqueira - PE, com o intuito de inserir um mercado público, para melhorar e facilitar a qualidade de vida dos habitantes. Têm-se como objetivos específicos: compreender a mudança de uso de fábricas desativadas, reformar as instalações da feira livre, propor um anexo para um Mercado Público no pátio interno da fábrica reintegrando a proposta na vida cotidiana do centro da cidade.

Como procedimentos metodológicos, foram realizadas inicialmente pesquisas bibliográficas sobre a reutilização do patrimônio arquitetônico industrial. A partir da seleção dos conceitos abordados pelos principais teóricos intervencionistas, documentos, como as cartas internacionais de preservação e intervenção, pertencentes ao IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico Nacional), relacionar com estudo da evolução urbana da cidade de Pesqueira, e como atuou na configuração urbana da área central.

Em seguida foram realizados estudos de casos relacionados ao tema. Houve opção pela escolha de quatro estudos de casos, sobre os quais dois tipos de abordagens diferentes para auxiliar no desenvolvimento do trabalho. A escolha para dois mercados públicos de onde serão retirados o máximo de informações relacionadas à proposta de anteprojeto do anexo para um Mercado Público no pátio interno da Fábrica Peixe; e uma intervenção de fábrica desativada, onde obtive sucesso na mudança de uso na intervenção.

Visando a um melhor entendimento e servindo como aporte nos instrumentos relativos ao tema, foram escolhidos: o Mercado de Casa Amarela em Recife /PE, por suas funções

comerciais e artesanais da cultura local; e também a feira livre, que está próximo procurando ver os funcionamentos de ambos. O Mercado Municipal em São Paulo / SP, por ser um ponto turístico bastante frequentado pelo seu interior, e pela sua setorização oferecendo um espaço otimizado. Por fim, o Serviço Social do Comércio (SESC) Pompéia, em Pompéia/ SP, por ser referência em muitos estudos de intervenção. Sua mudança de uso fabril para atividades comerciais e de lazer. obteve grande sucesso nacional e internacional.

Todos esses estudos tiveram o propósito de esclarecer, na prática, como foram feitas as intervenções e a preservação do bem histórico do imóvel, que represente algo para a sociedade. Todos, geralmente, em locais de grande comercialização e de fácil acesso por vias principais da cidade.

Posteriormente, foram realizadas pesquisas em campo, com levantamentos das informações e legislações nas Prefeituras das cidades de Pesqueira e de Recife. Através de entrevistas (ver modelo em anexo), foram traçados panoramas históricos da Fábrica Peixe e dos personagens, que participaram do funcionamento (familiares dos antigos proprietários e operários). Também, buscas em órgãos públicos estaduais e municipais, bibliotecas, internet, trabalhos acadêmicos, mapas (topográficos, plantas baixas e unibase), registros fotográficos, entre outros. Todos, então, base para o desenvolvimento do estudo.

Esse trabalho de graduação foi constituído com quatro capítulos. O primeiro trata do referencial teórico sobre a contextualização do patrimônio industrial, teorias intervencionistas, através dos teóricos escolhidos, e o surgimento da feira livre e de mercado público, analisando de forma a adquirir conhecimento para toda a pesquisa e proposta elaborada.

No segundo capítulo, foram escolhidos três locais para estudos de caso, a fim de adquirir embasamento para desenvolver a proposta do produto final, para a proposição da intervenção, reorganização e proposta de anteprojeto. Assim, através desses estudos, foram realizadas análises e comparações entre eles.

O estudo da área foi abordado no terceiro capítulo. Conhecendo o município com intuito de aprender sobre a história, cultura, desenvolvimento econômico – social. Analisando a área formalmente segundo as legislações vigentes para aquele determinado terreno.

Nele analisou-se o objeto de estudo, a Fábrica Peixe, como um bem histórico que precisa ser reconhecido formalmente pelos órgãos relacionados ao patrimônio, a história e o desenvolvimento da fábrica em relação à cidade, a legislação e a caracterização do entorno. Seu estado atual de conservação e seus novos usos. Principalmente, o seu pátio interno, entendendo a infraestrutura do comércio informal, feira livre.

Por fim, o início do quarto capítulo. Nesse, foram apresentadas as diretrizes da proposta de intervenção na Fábrica Peixe, em Pesqueira. Separando por setores, onde cada um é analisado particularmente, para futuras propostas de intervenção. Como também a proposta do mercado público, em um dos setores, diversificando e aproveitando os novos usos existentes.

CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO

O embasamento teórico do presente trabalho trata de variados conceitos acerca da importância do patrimônio histórico industrial nas cidades e na sociedade. Serão apresentadas definições e teorias sobre intervenções na visão de diferentes autores, sua forma de apropriação e os usos de bens desativados, além da evolução do comércio: desde a feira livre até os equipamentos urbanos, como os mercados públicos e suas utilidades.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

A extensão do conceito sobre patrimônio começou a ocorrer, sobretudo nos países europeus, na década de 60, através Carta de Veneza em 1964. Os fundamentos de patrimônio começaram a relacionar-se com diferentes perspectivas da vida e da cultura das pessoas, fugindo das ideias de “monumento”. Neste processo de expansão cronológica, tipológica, e geográfica dos bens patrimoniais industriais, o crescimento de interesses e a preocupação com a herança arquitetônica dos edifícios são expressões do intenso progresso de industrialização dos últimos dois séculos, ameaçados de desaparecimento, devido a sua obsolescência funcional, ao crescimento e modernização das cidades e a conseqüente pressão especulativa. (CASTORE, 2011, apud KUHL, 2009).

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que tenham adquirido com o tempo uma significação cultural (CARTA DE VENEZA, 1964, p.8).

Os conceitos sobre patrimônio industrial são relatados por pesquisadores e especialistas da área sob diferentes opiniões. Porém, tomando as mesmas direções nos estudos e nas investigações, geralmente baseadas em indústrias desativadas, buscando a valorização do bem construído. Não só apenas a construção, mas pela importância e sentimento gerados nas pessoas que trabalharam e tinham-na como um marco referencial na história.

Para Rosa (2011), a construção do conceito de patrimônio industrial operou-se por meio de dois significados dos vestígios da produção industrial. De modo que estes, antes vistos como

traços pouco importantes de atividades econômicas, passaram a ser dotados de valor de patrimônio. A mudança do olhar emergiu sobre os vestígios industriais a partir do confronto com o seu desaparecimento na Europa na segunda metade do século XX. A devastação da Segunda Guerra Mundial e o fenômeno da desindustrialização provocavam, por um lado, o desaparecimento e, por outro, a valorização das marcas da industrialização europeia.

Por sua vez, os estudos seguem uma linha de investigação baseados em estudos das antigas indústrias. Mas como surgiu este significado, Patrimônio Industrial? Como esses edifícios se tornam patrimônio? Por que estas edificações, geralmente, se tornam marcantes nas lembranças das pessoas, se apenas são edifícios de grande porte, aparentemente grotescos sem muitos detalhes?

A autora faz referência aos tipos de processo evolutivo pelo qual as indústrias passaram. Logo, muitos maquinários foram destruídos ou substituídos. Por exemplo, a chaminé, por ser uma característica marcante, traz um símbolo do funcionamento de tantas produções, torna-se uma herança viva, construída em muitas fábricas antigas. Portanto, é necessária a conservação desses bens, dos materiais que permaneceram por anos, transformando-se em patrimônio histórico.

De acordo com Ferreira (2009, p.22), “O surgimento quanto aos métodos tradicionais de trabalho foram sendo substituídos, no decorrer do século XX, pelo desenvolvimento de tecnologias avançadas: máquinas, formas e processos de produção industrial remanescentes, em sua maior parte, de tecnologias surgidas no século XIX.” No seu sentido mais amplo, o patrimônio industrial relaciona-se com processos produtivos, modelos empresariais, matrizes tecnológicas, que após cumprirem seu ciclo evolutivo, desapareceram.

Seguiram-se numerosas propostas sobre esses conceitos. E a Carta de Nizhny Tagil, documento do TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (2003), é uma síntese fundamentada dessas definições feitas ao longo de várias décadas, transparecendo uma visão abrangente do significado desse patrimônio industrial:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, como meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.”

O período histórico de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII até os nossos dias, sem negligenciar suas raízes pré e proto-industriais (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003, p.2).

Esquecidos, por muitas vezes, os edifícios industriais ultrapassados e nostálgicos são testemunhos edificados dos processos produtivos das indústrias de qualquer gênero. Essa mesma arquitetura, entretanto, vem sofrendo intervenções do tipo urbanística e também econômica. Muitos exemplos são os prédios industriais que igualmente fazem por incidir em práticas de musealização; vários os exemplos de revitalização de regiões industriais abandonadas e inúmeros os efeitos desses projetos na economia local. O turismo é um elemento que se desenvolve cada vez mais como decorrência desses processos de patrimonialização.

Portanto, a defesa do patrimônio industrial é guiada pelo reconhecimento dos testemunhos tangíveis e intangíveis da atividade industrial. São lugares de memória e carregam um valor identitário para diversas comunidades.

1.2 VALORIZAÇÃO, REUTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Primeiramente, vale ressaltar a importância de bens industriais, cujas edificações são marcos fundamental para as construções das lembranças sociais e da identidade local marcadas por fatos históricos da indústria na cidade.

A preservação do patrimônio industrial no Brasil, ainda que relativamente recente, tem demonstrado, nos últimos anos, crescente preocupação com a conservação dos antigos vestígios da industrialização. Essa preocupação vai ao encontro da valorização do patrimônio industrial como parte integrante e fundamental no desenvolvimento das cidades, na formação da identidade dos espaços e das paisagens urbanas.

Os debates são incipientes no mundo acadêmico, nas políticas governamentais e entre o público em geral. Na maioria dos municípios brasileiros, essa estrutura industrial, quando desativadas, fica abandonada, por muitas vezes em ruínas.

As edificações e áreas industriais nem sempre são reconhecidas como bem a serem preservados, estudados ou valorizados. Em parte, ainda são considerados, erroneamente, bens patrimoniais de valor menor. Geralmente, por serem edifícios de grande porte e, na maioria, inseridos em centros urbanos, tornam-se alvo da especulação do mercado imobiliário, ao adquirir o espaço para novas construções.

As relações sobre o patrimônio industrial, sua preservação e interesse histórico são, relativamente recentes e deve ser entendido no contexto da ampliação daquilo que é considerado bem cultural. O debate sobre o tema iniciou-se na Inglaterra em meados dos anos 50, época em que foi cunhada a expressão “arqueologia industrial”, ganhando maior vigor e atraindo a atenção pública, no início de 1960, quando importantes testemunhos da arquitetura industrial foram demolidos (IPHAN, 2009).

A reutilização, que consiste em reintegrar um edifício desativado a um novo uso, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente, a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio. O monumento é assim poupado aos riscos do desuso para ser exposto ao desgaste e usurpação: “dar-lhe uma nova destinação é uma operação difícil e complexa, que não deve se basear apenas em uma homologia com sua destinação original. Ela deve, antes de tudo, levar em conta o estado material do edifício, o que requer uma avaliação do fluxo dos usuários potenciais” (CHOAY, 1925, p. 123).

A herança industrial, fora de uso, levanta alguns tipos de questões de natureza e escala diferentes. Por um lado, os edifícios isolados, no geral, de construção sólida, sóbria e de simples manutenção, são facilmente adaptáveis às normas de utilização atuais e se prestam a múltiplos usos, públicos e privados. No caso dos bens desativados, muitos edifícios antigos estão atrelados a uma série de acontecimentos consequentes ao seu reuso. Com isso, as transformações radicais interferem nas condições físicas para adaptação a novas funções.

Na teoria de Césare Brandi (1963), a questão do uso é relacionada aos conceitos de restauro e de obra de arte:

Na verdade, quando se tratar de produtos industriais – entendendo-se isso na mais ampla escala, que parte do mais diminuto artesanato -, o escopo da restauração será evidentemente restabelecer a funcionalidade do produto, estando, por isso, a natureza da intervenção de restauro ligada de forma exclusiva à realização desse fim. Mas, quando se tratar, ao contrário, de obra de arte, mesmo se entre essas obras de arte haja algumas que possuam, estruturalmente, um objeto funcional como as obras de arquitetura e, em geral, os objetos da chamada arte aplicada, claro estará que o restabelecimento da funcionalidade, se entrar na intervenção de restauro, representará, definitivamente, só um lado secundário ou concomitante, e jamais o primário e fundamental que se refere à obra de arte como obra de arte (BRANDI, 1963, p. 26).

Conforme o autor, o uso fica em segundo plano quando se refere à proposta de intervenção. Preservar, reestabelecendo suas características primárias, sem perder o valor histórico e estético do edifício.

Na Carta de Veneza de 1964, mais uma vez, é sublinhada a importância do uso para a preservação dos monumentos. Contudo a adequação dos monumentos às novas destinações deve respeitar as suas especificidades:

Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro desses limites que se deve conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 3).

Nestas últimas décadas, a expansão do conceito de patrimônio e o seu conseqüente reconhecimento enquanto capital espiritual, cultural, econômico e social (MANIFESTO DE AMSTERDÃ, 1975), tornou a questão do seu uso um tema de grande interesse, envolvendo, além da preservação, também questões sociais, políticas, mas, sobretudo, econômicas.

Adotando esse pensamento, no caso do patrimônio industrial é exposta a dificuldade de reconhecê-lo como bem cultural. É justificável, devido à proximidade temporal e a natureza dos edifícios industriais construídos, na maioria das vezes, sem muitas intenções plásticas ou estéticas. Destinam-se a atender apenas as necessidades práticas. A razão pela qual, muitas intervenções nesse tipo de bem têm como “objetivo único atender a requisitos práticos e funcionais e não são encaradas como ações de preservação” (RUFINONI, 2004, p. 150).

A versatilidade dos edifícios industriais ligada às suas características tipológicas, formais e espaciais, facilita a sua adaptação a múltiplos usos, desconsiderando muitas vezes, as suas especificidades e suas próprias vocações. Por outro lado, o forte potencial econômico ligado em muitos casos, à função estratégica que as antigas áreas industriais adquiriram na cidade contemporânea, gera fortes pressões especulativas que prevalecem na escolha de uma ou outra intervenção e na adaptação a novos usos.

Neste contexto, a Carta de Nizny Tagil (2003), ressalta que os sítios mais importantes devem ser integralmente protegidos, e não deve ser autorizada nenhuma intervenção, que comprometa a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. A adaptação coerente, assim como a reutilização podem constituir formas apropriadas e econômicas de

assegurar a sobrevivência de edifícios industriais. Portanto, devem ser encorajados mediante controles legais apropriados, conselhos técnicos, subvenções e incentivos fiscais.

A Carta ressalta também o potencial econômico associado ao reuso adequado dos edifícios industriais, tanto em relação a um desenvolvimento sustentável, quanto em relação às possibilidades de requalificação de áreas degradadas física e socialmente. Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais, evitando o desperdício de energia e contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável.

O patrimônio industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração econômica de regiões deprimidas ou em declínio. A continuidade em que esta reutilização implica, pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos.

É preciso estimular o reconhecimento desses valores e promover uma nova visão de patrimônio – construído pelas e pertencentes às comunidades. Os sítios industriais estão, frequentemente, no coração do desenvolvimento territorial e comunitário e, assim, são fortes símbolos de identidade e memória para as comunidades nascidas em seu entorno, sejam elas locais com grandes indústrias, cidades empresas, bairros operários, etc. (UNESCO, 2008).

Assim, enquanto os teóricos, as cartas e os documentos internacionais elaborados nestas últimas décadas, continuaram ressaltando a importância da integração do patrimônio arquitetônico na vida contemporânea como meio para sua preservação, através do restabelecimento de adequadas funções em edifícios do passado sem uso, a prática vem mostrando que, na maioria das intervenções atuais, o uso tornou-se um instrumento para alcançar objetivos que pouco ou nada têm a ver com a preservação dos seus valores patrimoniais.

Essas intervenções, portanto, se configuram mais como ações de recuperação do patrimônio, motivadas por razões econômicas e de uso, que de conservação e preservação, motivadas por razões culturais, arquitetônicas e históricas.

1.3 DEFINIÇÃO DOS CENTROS COMERCIAIS

A origem das cidades remonta a 5.500 a. C. na região da Mesopotâmia, a partir da divisão social nos aldeamentos dos povos que deixaram de ser nômades após a revolução agrícola. Os excedentes agrícolas permitiram o desenvolvimento de outras funções, como aquelas relacionadas à segurança, à administração, principalmente, o comércio.

No decorrer da história, as atividades comerciais tiveram períodos áureos e de decadência. Após uma relativa perda de importância na Idade Média, as atividades comerciais ganham novo ímpeto nos séculos X e XI com as Cruzadas. Neste período, as atividades dos mercadores permitiram o surgimento de cidades fora dos burgos, que começaram a se integrar na medida em que as feiras comerciais, embriões das futuras cidades comerciais, começam a ganhar importância. (ALVES E FILHO, 2011).

Segundo Vargas (2011), de acordo com as formas e funções predominantes, divide-se a história do varejo em três períodos: antes do século XIX, o século XIX e o século XX. Sendo o bazaar (no Oriente Médio), a ágora (na Grécia), os fóruns (na Itália), as feiras e os mercados referentes ao primeiro período; os mercados cobertos, as galerias comerciais, as grandes lojas e as cadeias de lojas, ao segundo; os supermercados, os hipermercados e os shoppings Centers referentes ao último momento.

As formas emergentes guardam especificidades e também características comuns. As primeiras formas comerciais: o bazaar, a ágora e os fóruns. Esses eram locais da troca de mercadorias e de opiniões com uma diversidade de mercadorias e fluxos de pessoas; a ágora, no decorrer dos anos, passou a ser um espaço fechado. A seguir, surgiram as feiras e os mercados.

De acordo com Alves e Filho (2011), após o século XIX, as transformações sociais e espaciais ganharam novo impulso em decorrência do sistema capitalista de produção. A urbanização foi intensificada e a industrialização promoveu uma grande diversificação das mercadorias existentes. Neste período, o comércio passa a função essencialmente econômica e incorpora o ferro e o vidro em suas construções. O espaço do comércio, que era público, torna-se, gradativamente, privado.

1.4 FEIRA LIVRE E A CIDADE

As primeiras referências às feiras aparecem em meio ao comércio e às festividades religiosas das cidades. A própria palavra latina *feria*, que deu origem à portuguesa *feira*, significa dia santo, feriado.

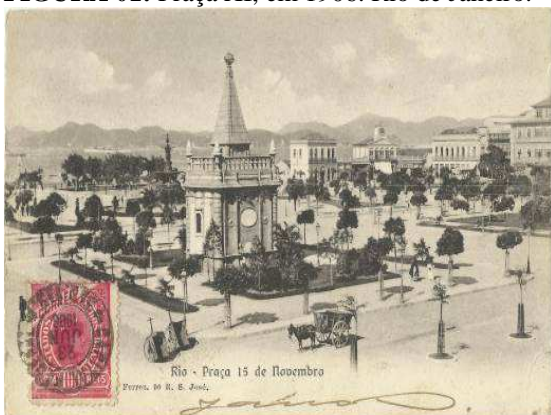
Segundo Santos e Boechat (2009), uma feira livre constitui numa cidade, um espaço que se caracteriza através de uma função social, mudando a organização espacial urbana, e atualmente, representa uma das mais antigas e resistentes modalidades do comércio varejista. É um espaço com especialidade, diversificada, repleta de sons, de cores e personagens, que interagem com o seu histórico e suas relações de identidade. Tudo isso nos leva a imaginar a importância da feira livre e como seria cada cidade sem esse ícone de história local e de sentimento de pertencimento.

Com o tempo e através da produção excedente e da necessidade de outros produtos não produzidos, iniciou-se o processo de troca de produtos. Essa atividade de troca é tão antiga como a própria história do homem. Com o seu crescimento, surge o comerciante iniciando a divisão social do trabalho. A feira exerceu papel importante na implantação do dinheiro, na manutenção do capitalismo e no surgimento da formação das cidades.

Esta atividade comercial começou itinerante, mas depois surgiu uma necessidade natural de um local que promovesse a opção de todos os produtos, e que estivessem disponíveis para trocas e comércio. Com o tempo, obviamente o número de pessoas foi aumentando. Então, o poder público interveio com os objetivos de disciplinar, fiscalizar e, é claro, cobrar impostos.

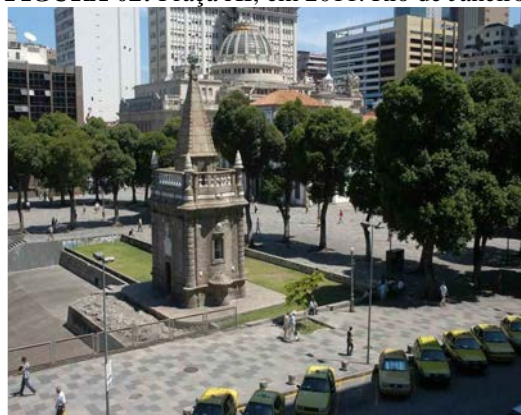
No Brasil, o costume veio com os portugueses e há registros de feiras livres desde a época colonial. Existia a presença das populares quitandas ou feiras africanas, mercados em locais preestabelecidos, que funcionavam ao ar livre. Vendedoras negras negociavam produtos da lavoura, da pesca e de mercadorias feitas em casa. Do mesmo modo, uma grande variedade de produtos, que chegavam de navio, era comercializada informalmente, na Praça XV (Figura: 01 e 02), no Rio de Janeiro. Até que em 1711, o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, oficializou-as.

FIGURA 01: Praça XI, em 1906. Rio de Janeiro.



FONTE: <http://www.umpostalpordia.com>, 2013.

FIGURA 02: Praça XI, em 2011. Rio de Janeiro.



FONTE: <http://www.noticiasrio.rio.rj.gov.br>, 2013.

O primeiro registro oficial da existência de feira no Brasil data de 1732, a feira de Capoame, localizada no Recôncavo Baiano. Sabe-se da existência de feiras livres nos séculos XVIII e XIX, nos atuais estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. As feiras livres emergem, no Nordeste brasileiro, associadas à estrutura econômica da região dos séculos XVIII e XIX. De um lado, a economia da cana-de-açúcar na Zona da Mata e, do outro, a atividade pecuarista e da cotonicultura no Sertão. O gado também era trocado e vendido nas feiras livres semanais, realizadas em pontos de encontro das rotas entre o Sertão e a Zona da Mata, sendo denominadas de feiras de gado, (SANTOS E BOECHAT, 2009).

No século XX, várias feiras tomam uma dimensão regional no Nordeste. Entre elas destacam-se as feiras de: de Santana, na Bahia (Figura: 03); de Arapiraca, em Alagoas (Figura:04); de Arcoverde e de Caruaru, em Pernambuco (Figuras: 05,06,07); e a feira de Campina Grande, na Paraíba, e as feiras de Mossoró, Açu, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, e Macaíba, no Rio Grande do Norte. As feiras livres tornaram-se museus vivos da história e da cultura popular nordestina.

Nos tempos modernos, as feiras têm uma variedade grande de produtos disponíveis, desde produtos sofisticados, até pequenas produções da classe menos favorecida. A feira é a maior e a mais completa representação de mercado. Ainda e até hoje, as feiras livres constituem um ponto de encontro entre compradores e vendedores.

FIGURA 03: Feira de Santana, em 1977, Bahia.



FONTE: <http://www.porsimas.blogspot.com.br>, 2013.

FIGURA 04: Feira de Arapiraca, Alagoas.



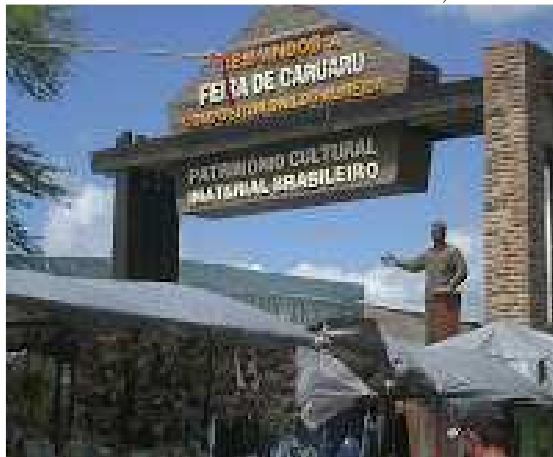
FONTE: <http://www.ricardonezinho>, 2013.

FIGURA 05: Maior feira livre do mundo, Caruaru.



FONTE: <http://www.temmais.com.br>, 2013.

FIGURA 06: Feira: Patrimônio Cultural, Caruaru.



FONTE: <http://www.temmais.com.br>, 2013.

FIGURA 07: Cultura do artesanato, Caruaru.



FONTE: <http://www.temmais.com.br>, 2013.

As feiras acontecem em um local de relação social. É espaço de trocas de conhecimento e de hábitos culturais, como expressa Bourdieu (1989), onde os envolvidos enriquecem o seu capital cultural, através de trocas, aprendizagens e obtenção de novos saberes e experiências vividas pelo outro. O freguês, colaborando com o seu saber da cidade para trocar com o feirante, enquanto esse oferece um saber do rural, através do contato com a natureza e dos processos naturais produtivos.

Para Ribeiro (2007), os feirantes amanhecem na cidade transportando produtos para vender, comprar, barganhar, trocar e participar do grande acontecimento social que é a feira. Sendo as feiras sonoras, sendo dissolvidas na paisagem local, realizam um movimento considerado pequeno, e como atendem a uma parcela restrita, geram um movimento que se dilui na economia informal. Raramente são incluídas em programas de geração de renda e de desenvolvimento. As feiras livres têm uma atenção pequena se comparada ao movimento econômico que promovem, visto que geram ocupação de renda e identidade regional.

O espaço onde se realiza a feira é muito importante. Nele ocorrem relações sociais que passam de geração para geração, assim como pela sobrevivência desta prática comercial tão antiga, resistindo até hoje, permitindo que os pequenos produtores ou comerciantes ambulantes e informais negociem seus produtos.

Em Pernambuco, todos os seus 184 municípios dispõem, ainda hoje, de uma feira livre. Até mesmo na capital, Recife, as feiras ainda estão presentes em alguns bairros. Isso, sem contar os vários distritos ou povoados que também têm suas feiras, (PE - AZ, 2009). Em algumas cidades do interior do Estado, as feiras são o único local de comércio da população e há casos em que elas funcionam, também, como centros culturais e de lazer, por exemplos.

Talvez por todo esse significado, as feiras livres têm tanta vitalidade e sobrevivem há séculos. Há quem diga, inclusive, que elas nunca acabarão. Continuarão esbanjando o seu colorido, seus sons, seus movimentos, ora apressados, ora lentamente. Aquele cheiro de infância, do passado, como um verdadeiro teatro cheio de personagens, cada um com a sua história.

A feira resiste porque é do povo. Resiste porque dela não tiram proveito político, e nela o povo envolvido é digno e batalhador. Os dias da feira, o que não é santa, mas é sagrada,

abastece as mesas com seus frutos, legumes, verduras e cereais, e, do meio quilo de batata-doce amigalhado à casa do homem pobre, os mais frescos e atraentes frutos da terra, cujo peso não lhe faz diferença nenhuma na hora da compra.

1.5 O MERCADO PÚBLICO E A CIDADE

Simbolicamente, o mercado é um importante ponto de referência sociológico para a compreensão das relações humanas no interior da prática de uma parte da cidade, bairro. Ao mesmo tempo, em que é um lugar de comércio, é um lugar de festa (nas pequenas cidades do interior), à meio caminho entre o comércio de rua e o grande shopping, ou os supermercados, sem que os elementos que o constituem confundam-se com um ou outros desses termos.

O mercado público foi, desde os primórdios do capitalismo uma forma de centralizar o comércio num determinado lugar, o que facilitava o controle sobre as trocas de mercadorias ali comercializadas, como também sobre as fontes abastecedoras de produtos. Sobre este último aspecto, Le Goff (1992), ao lembrar o caso de Flandres, observa que:

Para se alimentar as grandes cidades deviam tanto mais assegurar o controle das fontes de abastecimento de cereais, quanto queriam também proteger-se da alta dos preços dos grãos fornecidos pelas pequenas aglomerações regionais nos casos frequentes de penúria (PINTAUDI APUD LE GOFF, 1992, p.75).

Com o funcionamento desses mercados, o poder público foi despertado para o exercício de um maior controle de vendas, de produtos e de vendedores. Sobre estes últimos, sabe-se que eram de três categorias, a saber: os cidadãos que tinham hortas; os agricultores de fora da cidade; e os revendedores. Os primeiros tinham total liberdade de vendas, inclusive utilizavam empregados para tal fim. Quanto aos agricultores, sabe-se que não podiam negociar com revendedores, exceto com a fruta seca. Quanto à organização interna do espaço do mercado, havia designação de locais para vender frutas, verduras, peixe, carnes, e também instalações de uma salsicharia. E aqueles que burlavam esta e outras regulamentações que foram sendo criadas durante todos estes séculos, com o objetivo principal de evitar que os preços fossem elevados demasiadamente com o respectivo açambarcamento de produtos por parte de um pequeno número de comerciantes.

Segundo Pintaudi (2006), mercado é ser um lugar de troca, de circulação e a facilidade de acesso para o abastecimento, implica uma estratégia espacial. Essas características próprias de sua função e a capacidade das formas de permanecer no tempo e espaço e na memória, mesmo que modificadas, podem ser apreendidas no âmbito dos mercados públicos.

[...] formas de intercâmbio de produtos encontradas em cidades da antiguidade e se hoje tem continuidade no espaço, isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas. Todas as culturas adotaram esta forma de troca de produtos e o fato de se realizar esporádica, ou periodicamente ou de maneira perene e com local apropriado para esse fim, dependia das mercadorias que ali se trocavam e da necessidade de se realizar a troca com certa frequência, do deslocamento possível nos diferentes momentos históricos e da importância que o local representava para o abastecimento da cidade e da sua região de abrangência [...] (PINTAUDI, 2006, p.3).

Acrescenta-se, ainda, a potencialidade de adaptação destes às diferentes racionalidades da divisão social do espaço urbano. Originalmente, localizado na periferia com o crescimento demográfico e espacial das cidades, o mercado passou a ocupar um lugar central no tecido urbano. Sendo que muitos incorporaram novas funções e papéis inerentes aos séculos XX e XXI, adaptando às novas demandas.

Literalmente o mercado é um lugar para: barganhar, circular, facilitar acessibilidade aos meios de transporte para provimentos, ativando sua função (de negociar), acarretando uma estratégia espacial. Quando essa torna-se impossível manter a função no lugar.

No Brasil, apesar da grande diferença temporal em relação à origem e desenvolvimento das cidades, o surgimento do mercado possui semelhanças com aqueles surgidos no contexto dos países do chamado velho mundo. No fim século XVIII e ao longo do século XIX surgiram vários núcleos urbanos e, por conseguinte, mercados neste país.

Em São Paulo, o mercado tem sua origem no século XVIII, quando foram construídas as “casinhas”, que vendiam produtos alimentícios não perecíveis como: arroz, milho, farinha, carne-seca, entre outros, e as “quitandas”, pequenas barracas, onde se vendiam gêneros perecíveis como legumes e frutas que demandavam um consumo imediato. Esse local perde a

sua função com a criação do Mercado Municipal, Rua da Cantareira (1860), e do Mercado São João, na atual Praça do Correio (1890).

FIGURA 08: Mercado Municipal de São Paulo.



FONTE: <http://www.artemais.wordpress.com>, 2013.

FIGURA 09: Movimento dentro do mercado, SP.



FONTE: <http://www.artemais.wordpress.com>, 2013.

No início do século XX, no ano de 1933, o Mercado Municipal transfere-se para o local onde se encontra hoje, em cuja área, a partir do crescimento da cidade, tornou-se central (PINTAUDI, 2006). A sua importância e funções sofreram várias modificações ao longo dos anos. Inicialmente, com poucas transformações e, recentemente, passando por um processo de revalorização, a partir de melhorias na qualidade de serviço e da ambientação, bem como na área de seu entorno. A partir dessas ações, os fregueses antigos permanecem assíduos e são atraídos pelo que se lhes afigura como tradicional, bem como emergem os fregueses novos, conforme assevera.

Como explicar a permanência de um mercado público, com sua função original, ainda que reduzida? Outros tipos de locais de vendas de gêneros alimentícios foram criados e tornaram-se necessários (outros mercados, supermercados ou hipermercados, além de centrais de abastecimento para a distribuição aos comerciantes) para o provimento de uma cidade? Conforme, Pintaudi (2006), historicamente, em relação aos mercados públicos, constata que:

I – A partir de meados do século XIX:

1. Sua construção generaliza-se quando novas tecnologias construtivas tornam-se disponíveis – uso do ferro;

2. As atividades comerciais ali realizadas passam a se especializar cada vez mais e a aumentar a cadeia de comerciantes entre o produtor e o consumidor de mercadorias;

3. O local torna-se permanente quando as funções a que se destina não admitem mais deslocamentos contínuos e uma nova concepção do espaço urbano emerge – a burguesa, separando as atividades no espaço urbano;

II – A partir de meados do século XX:

4. Com novos aperfeiçoamentos tecnológicos, envolvendo a conservação de produtos alimentícios, aumento da produção, sua diversificação e controle de qualidade, bem como o aumento da velocidade de deslocamento mecânico, promoveu-se uma aceleração constante na circulação de mercadorias, o que tornou a forma mercado obsoleta pela sua inadequação aos novos parâmetros de qualidade oferecidos para os consumidores por equipamentos mais novos, como os supermercados e hipermercados, concebidos para atender aos novos tempos do capital com o conforto, rapidez e sem a mediação dos vendedores;

5. A permanência dessa forma em tempos de um capitalismo fluído é através de sua metamorfose. Para existir na duração do tempo, um espaço tem que ter capacidade de resistir. Nos tempos atuais, isso significa metamorfose constante.

O local do mercado, na sua gênese, configura-se como um ponto de encontro no centro das cidades, comandado pelo poder público, organizando e, de certa forma, garantindo o abastecimento urbano. Hoje, do ponto de vista econômico, esse espaço tornou-se desinteressante porque cada vez mais se prioriza a reprodução do capital de maneira privada e suas relações de dominação. O espaço do mercado pertence a um outro tempo social.

Conforme já explicou Hobsbawm (1997), tradição é palavra que traz a um significado recente, quando não é inventada. Chamamos a atenção para o aspecto de que a existência do Mercado Público, como local de venda de gêneros alimentícios, nunca foi questionada pelo costume que, diferentes sociedades, ao longo da história, tinham de se abastecer nesses espaços, e mesmo como uma forma de controle de preços por parte do poder público para garantir a reprodução da sociedade. Quando esse costume se rompe mediante a presença de outras

formas mais modernas de abastecimento, surge a possibilidade de transformar esse local em tradicional.

Os mercados públicos, ainda presentes na paisagem urbana, estão procurando gerar uma imagem de tradição (onde os novos fregueses podem simular um comportamento ‘tradicional’). Nesse local, que poderia ser considerado desprovido do conforto moderno oferecido por outros empreendimentos de comércio de alimentos, o ato de comprar e vender os produtos da terra faz com que as pessoas ‘sintam-se’ mais próximas a ela e busquem identificação com o lugar, já que ele permanece naquele sítio há algum tempo. Paralelamente, numa sociedade que sujeita tudo ao econômico, essa ‘tradição’ é capturada e a exploração continua através da cultura. O costume de ir ao mercado vira norma, deixa de ser estilo de vida para virar gênero de vida.

O espaço do mercado flexibiliza-se, ou seja, esse espaço está sendo invadido por um novo momento da história, mais precisamente aquele em que a sociedade está totalmente submetida ao econômico e imprime uma maior velocidade às vendas. Primeiros símbolos de uma natureza dominada, os mercados nos afiguram hoje como elementos que nos aproximam dela por intermédio da cultura, através da qual se viabiliza a rentabilidade imediata do capital. Os mercados que deixam de ser funcionais desaparecem da paisagem. Estamos diante do consumo do espaço.

Por fim, após compreender a contextualização dos conceitos de patrimônio industrial e o embasamento das teorias preservacionistas, expressa por especialistas sobre o tema abordado em intervenções de bem histórico, no caso, indústrias, desativadas. Sempre priorizando a melhor forma adequada para intervir, trazendo um retorno bem sucedido para toda uma cidade que vai ser beneficiada. É possível propor de tal maneira, atendendo a preceitos, como as cartas patrimoniais, que guiam, em vários aspectos, a conservação, preservação e educação, entre outros. Porém como não se trata de um bem reconhecido, apenas pela população, é dada ao mesmo a importância dessa história. Assim, o que guia o trabalho são as teorias onde somatoriamente, será a forma correta de tratar um imóvel com características tão fortes e também por ter sobrevivido até hoje com tantas marcas reais do seu antigo funcionamento.

É notório, que a proposta de intervenção para a Fábrica Peixe, visa a respeitar toda a herança que traz no seu contexto atual. As preservações desses testemunhos históricos garantem a conservação da memória coletiva e específica da cada sociedade, funcionando como elo entre a sociedade contemporânea e o seu passado.

A reestruturação do novo uso, prever reestabelecer, o cotidiano da feira livre da cidade, visto que é uma cultura ainda mais usada principalmente em cidades interioranas no Brasil. Dessa forma, Pesqueira ganharia um local ativamente para uso do comércio alimentício e mais um ponto economicamente, historicamente e turisticamente para a cidade.

CAPÍTULO 2. ESTUDOS DE CASOS

Os estudos de casos apresentam-se como ferramenta de exploração de grande relevância a fim de compreender e direcionar as pesquisas e análises da proposta. Procura verificar os pontos positivos e negativos de cada. Analisar e comparar questões como: funcionalidade, estrutura física, estilos arquitetônico, benefícios para a população onde está inserido. As diretrizes encontradas serviram de base para o desenvolvimento do trabalho, auxiliando nas melhores contribuições na proposta de Intervenção na Fábrica Peixe com a inserção do anteprojeto do Mercado Público.

Nesse capítulo, foram analisados quatro estudos de caso. Dois são os mercados públicos: o Mercado de Casa Amarela, em Recife e o Mercado Municipal, em São Paulo. Os outros dois estudos são recuperações de antigas fábricas que receberam novos usos. São elas: o Nascedouro de Peixinhos, em Recife e o SESC Pompéia, em São Paulo.

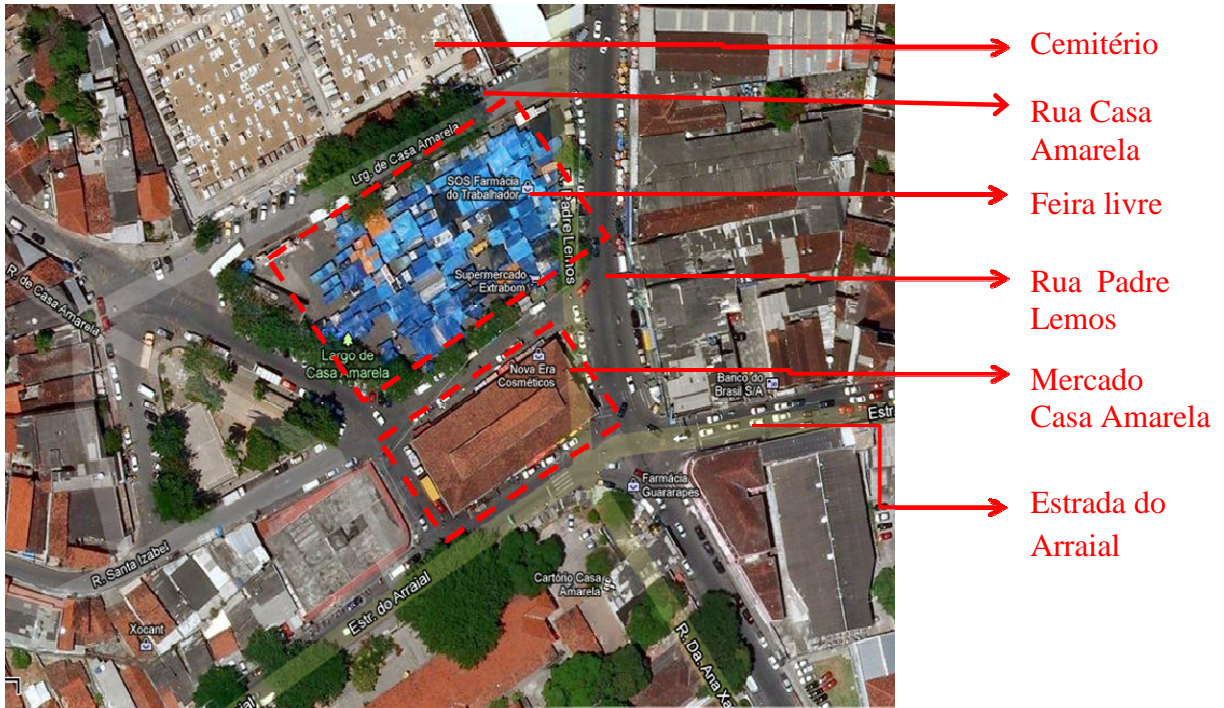
2.1 MERCADO DE CASA AMARELA - RECIFE / PE

A escolha desse mercado ocorreu pelo seu entorno e pela sua arquitetura projetual. Suas funções comerciais dentro do mercado, principalmente, o artesanato da cultura nordestina, devem ser estudadas e aplicadas da melhor forma para o produto final desse trabalho. Importante e de grande interesse é a feira livre, próxima ao mercado, mostrando como é a dinâmica e o funcionamento entre os dois comércios.

- Localização / Acessos

O mercado localiza-se em Recife, no bairro de Casa Amarela, na esquina da Rua Padre Lemos com a Estrada do Arraial, zona norte da cidade, próximo ao Largo de Casa Amarela. Segundo o IPHAN, está na Zona de Preservação Rigorosa (Z.P.R.) e na Zona de Preservação Ambiental (Z.P.A.). É um dos mais frequentados da cidade, famoso e popular pela feira livre, forte comércio e, diariamente, intenso tráfego de pessoas.

FIGURA 10: Foto satélite do entorno e do Mercado de Casa Amarela.



FONTE: Google Earth, montagem a Autora, 2013.

- Entorno

As ruas que o rodeia vão desde vias locais até vias como as de trânsito rápido. Com poucos lugares de permanência de veículos, os carros e táxis são estacionados em todas as ruas. Parados, principalmente na Rua Casa Amarela, perto da feira livre e do cemitério, subindo a Praça Joca Leal, trazendo desconforto para a mobilidade local.

O mercado está localizado de forma isoladamente. Construção nenhuma está junto a ele, por isso se destaca como um marco referencial. Observa-se, próximo ao mercado, numeroso comércio varejista. Construções como os edifícios antigos de vários estilos arquitetônicos, estabelecimentos de usos mistos, poucos edifícios residenciais. Um grande problema é o comércio informal da área. São encontrados grande número de ambulantes, que obstruem calçadas e faixas de rolamento para os pedestres. Vale ressaltar que doze linhas de transporte público dão suporte de acesso à região.

FIGURA 11: Rua Casa Amarela, entorno do mercado.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 12: Estrada do Arraial e lateral do mercado



FONTE: A autora, 2013.

- Breve Histórico / Características

Inaugurado em 09 de novembro de 1930, com a presença do interventor Carlos de Lima Cavalcante. Era a semente do que viria a ser o maior bairro popular do Recife. O mercado foi o segundo construído, na capital, em estrutura de ferro, na época. Suas estruturas compõem o seu arcabouço, trazida de bonde, após serem desmontadas do antigo Mercado da Caxangá, em 1928, pela Construtora Borrione. (MERCADOS PÚBLICOS, 2000).

Presume-se que o terreno onde o mercado foi erguido, tenha sido doado pelo proprietário, Sr. Allain Teixeira, naquele mesmo ano. A área originalmente construída é de 817 metros quadrados (CSURB – RECIFE, 2010).

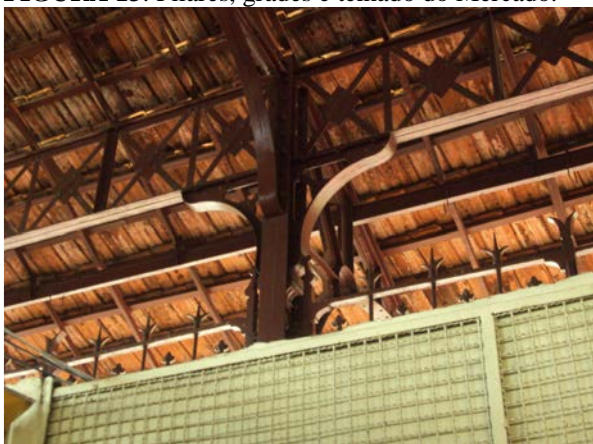
Em 1982, foi construído um anexo para comportar os comerciantes, que já não encontravam compartimentos no mercado original e estavam ocupando áreas externas do mesmo.

A oferta de produtos é diversificada: venda de carne de charque e queijo de coalho vindos do sertão, além de outras carnes, frios, peixes, moluscos e crustáceos, armarinhos, ervas, flores e artesanatos em palha e em barro. Em sua parte externa há compartimentos que servem alimentação (bares e restaurantes populares), considerados principal atração, funcionando as 24 horas do dia.

- Arquitetura

No mercado, são encontrados poucos elementos de ferro fundido. Segundo o arquiteto e professor Geraldo Gomes (1998), os detalhes ornamentais são formados na combinação dos perfis de ferro e chapas recortadas, tirando proveito plásticos dos parafusos (Figuras: 13 e 14). O intervalo entre as colunas é preenchido até meia altura por alvenaria de tijolos, completadas até o telhado por grades de ferro com varões de seção circular.

FIGURA 13: Pilares, grades e telhado do Mercado.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 14: Coberta interna e externa do Mercado.



FONTE: A autora, 2013.

A cobertura grandiosa é vista a distância. O telhado é formado por “tesouras com lanternim”, criando dois níveis de alturas, com esquadrias que permitem maior circulação de ar e da iluminação interna (Figura: 15)

FIGURA 15: Fachada frontal do Mercado.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 16: Antiga sineira na fachada.



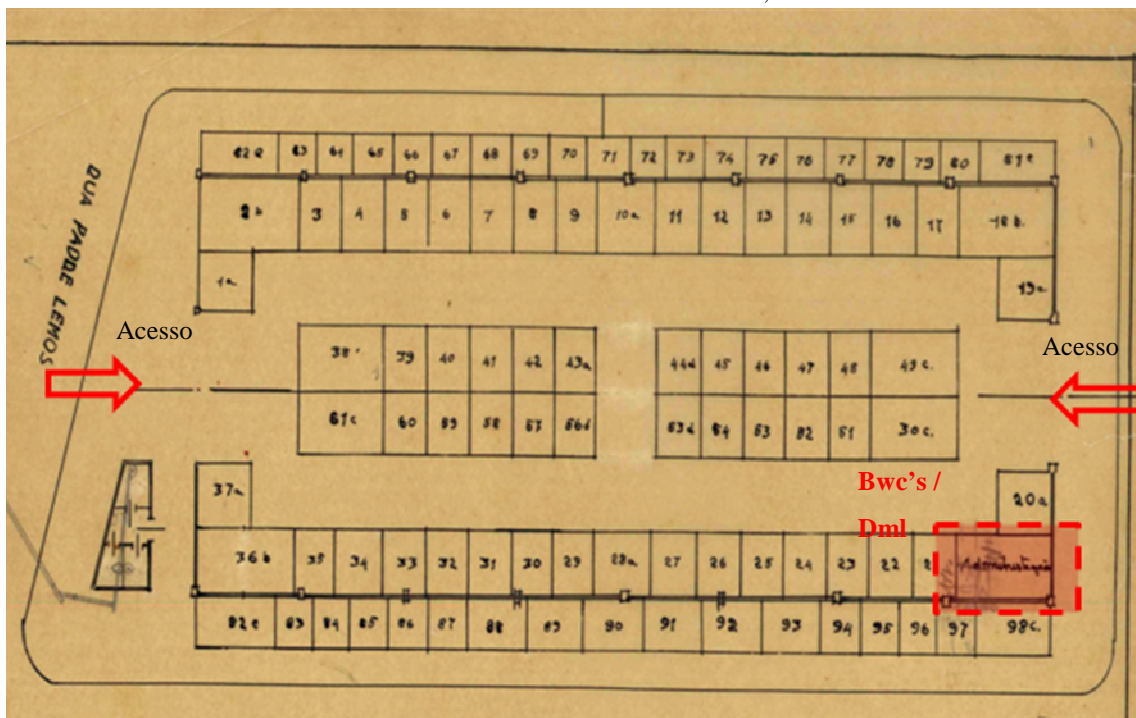
FONTE: A autora, 2013.

A área interna total é de 600 m², tendo a planta baixa forma retangular, com 15 metros de largura e 40 metros de profundidade. O acesso à parte interna é possível por duas entradas nas duas pontas extremas, feitas por portões de ferro. A entrada principal, voltada para a Rua Padre Lemos (Figura: 15), destaca-se por frontão triangular, encimado por uma sineira (Figura:16). Hoje não está mais no local. Na área externa, foram acrescentados mais boxes, aumentando para 100, e a área útil passou a ser 817 m².

- Programa / Funcionamento

O mercado possui apenas o pavimento térreo. Segue uma modulação simples dos pilares em estrutura de ferro. Percebe-se que a cada três boxes, internamente, há um pilar. Hoje, são aproximadamente 120 boxes, sendo 60 internos e 60 externos. Segue a planta baixa desatualizada (Figura:17) do mercado, faltando 20 boxes, anos mais tarde.

FIGURA 17: Planta baixa desatualizada do Mercado de Casa Amarela, em 1989.



FONTE: Acervo da COMPESA, montagem a Autora, 2013.

Percebem-se duas alas no centro da planta. Cada quadra dessa obtém doze boxes. Muitos comerciantes compram mais de um box para aumentar seu espaço, ou para alugá-la.

Não existe uma setorização referente aos produtos vendidos, pois não são mais alimentos (frutas, verduras). Um anexo foi construído onde funcionava um sanitário público e parte da feira, que acontecia ali, foi transferida. Inaugurado em 17 de abril de 1982, em área de 640 m², possuía 29 compartimentos e, atualmente, há 34 boxes ocupados por bares em sua maioria.

Os boxes, na sua maioria, são: copiadora, produtos naturais, sapateiro, relojoeiro, lanches, bolsas, roupas (cama / mesa / banho), brinquedos infantis, doces caseiros, artigos de época (artesanato), artigos de festas, fogos artificiais, mercearia, artigos de couro, utensílios do lar, chaveiro, frigoríficos e bijuterias.

FIGURA 18: Corredor direito, dentro do mercado.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 19: Boxes e com os produtos.



FONTE: A autora, 2013.

São boxes de aproximadamente 1,80 metros de frente por 4,00 metros de profundidade. Cada um possui um ralo para descida de esgoto. Ficam perto da porta de acesso, que mede 45 cm de largura.

As circulações têm 2,50m de largura. Algumas barreiras causam complicações no fluxo de pessoas. São feitas para surpreender os consumidores, ao caminharem através próprios os

comerciantes, que expõem seus produtos do lado de fora dos boxes, estreitando a passagem e causando desconforto (Figura: 19).

Os bares e restaurantes populares, localizados na parte externa do mercado, nos outros 60 boxes, são as principais atrações. Alguns deles são portas abertas, não fecham nunca. Servem comida regional no café da manhã, no almoço e no jantar e são frequentados por apreciadores diversos, motoristas de táxis e comerciantes do próprio mercado, dos anexos e da feira vizinha.

FIGURA 20: Lado direito, muitas lanchonetes.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 21: Sobre a calçada, muitos bancos e mesas.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 22: Lado esquerdo, ponto de táxi.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 23: Alguns bares, abrem a noite.



FONTE: A autora, 2013.

A feira livre que localiza-se na quadra ao lado do mercado, ela é de extrema importância para o comércio local e da mobilidade. O horário de funcionamento se dá as sextas-feiras e sábado.

Cercada por grades de ferro, o quarteirão faz parte de mais um elemento comercial no bairro de Casa Amarela. Além de vários anexos do mercado, distribuídos os próximos a ele, as barracas são dispostas enfileiradas e separadas por produtos, como: flores, roupas, frutas e verduras. São feitas com materiais tipo, barras de ferro, madeira e lona preta ou azul. Quando chove, são cobertas uma sobre as outras, transformando em grandes corredores, protegendo os produtos e consumidores. São aproximadamente cento e vinte barracas, que funcionam atualmente. Ao término do horário de funcionamento, são fechadas as barracas com correntes e são empilhados as caixas e bancos, que servem como acessório de apoio para os produtos comercializados.

A infraestrutura do local é precária, de modo que as instalações são feitas sem nenhuma organização, um exemplo disto é a instalação elétrica, mal distribuída. O piso é de paralelepípedo, o que não torna totalmente acessível aos portadores de necessidades especiais. Existem dias na semana, ao término da feira, a empresa de limpeza urbana da cidade, envia homens para fazer o serviço de limpeza e recolher o lixo, principalmente, a lavagem do piso, que fica bastante poluído.

Sem dúvidas, a feira livre de Casa Amarela, dá suporte necessário para o mercado, o que não se encontra lá dentro, na feira é certeza encontrar.

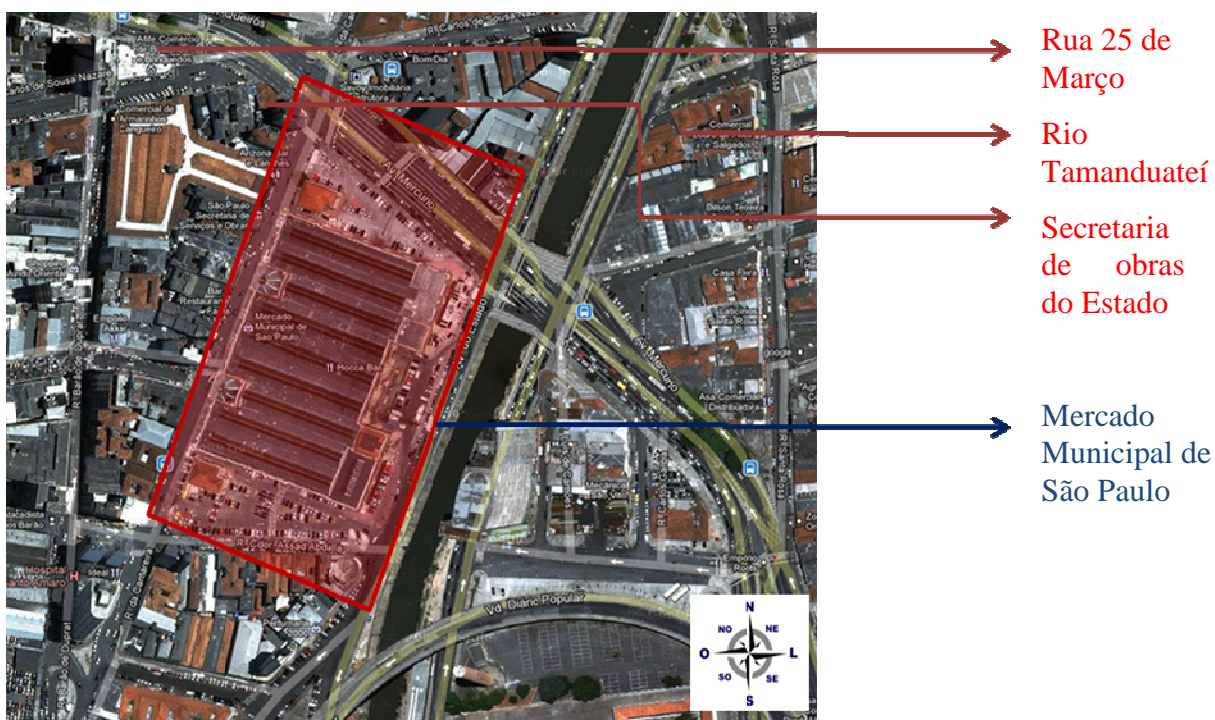
2.2 MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO / SP

A escolha para esse estudo de caso, justifica-se principalmente, pela organização espacial interna do mercado, pelas disposições dos boxes dos comerciantes, a variedades de restaurantes / bares, por ser conhecido como o “Mercadão” com características de várias culturas e um atraente ponto turístico na cidade de São Paulo.

- Localização / Acessos

Também conhecido como Mercado da Cantareira. Localiza-se na capital paulistana, bairro do Centro Velho. Ruas principais: Rua da Cantareira, 306, próximo à Rua 25 de Março (Figura: 24) e Avenida do Estado, próximo ao Parque Dom Pedro II. Foi construído entre 1925 e 1933 pelo escritório do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, sendo o desenho das fachadas do artista plástico Felisberto Ranzini.

FIGURA 24: Foto satélite do entorno do Mercado Municipal de São Paulo.



FONTE: Google Earth - montagem a Autora, 2013.

Observa-se que o mercado tem uma posição estratégica, próximo à Rede Ferroviária e a Estação Pari, conectado às linhas de bondes, situado no eixo que liga a zona norte ao ABC

Paulista e a Santos. Também às margens do Rio Tamanduateí que, antigamente, era utilizado para transportar produtos comercializados nos mercados públicos que já funcionavam naquela época.

- Entorno

É uma região bastante adensada, por está no centro da cidade. Encontram-se muitos edifícios, tanto mais altos como também do mesmo gabarito do mercado, são de usos mistos, residenciais e principalmente comerciais. A Rua 25 de Março é um exemplo onde muitas casas são vistas e são estabelecimentos de vendas e depósitos. Grande movimentação de pessoas e de carros.

FIGURA 25: O mercado e seu entorno.



FONTE: <http://www.mercadomunicipal.com.br>,2013.

FIGURA 26: Fachada da Rua da Cantoneira.



FONTE: <http://www.mercadomunicipal.com.br>,2013.

- Breve histórico / Característica

As obras tiveram início em 10 de abril de 1925. Arrastaram-se por quase oito anos, sendo concluída em 1932. O prédio do mercado foi utilizado para depósito de munições. Derrotada a Revolução, o Mercado foi finalmente inaugurado em 25 de janeiro de 1933. (MERCADO MUNICIPAL, 2010).

O poder público idealizou e construiu um edifício buscando aliar a localização central da cidade com os mais modernos conceitos de higiene e preceitos de organização funcional para esse tipo de estabelecimento. O mercado é bastante conhecido por ser uma grande fonte de

abastecimento da cidade. Sua arquitetura grandiosa e a variedade de culturas chama atenção dos turistas nacionais e internacionais.

Segundo a Prefeitura do Estado de São Paulo (2009), o edifício ocupa um grande quarteirão de 22.230 m². O pé direito chega a atingir 16 metros. Segue o projeto do arquiteto que visualizou a possibilidade de expansão através da futura construção de um mezanino, vindo a ocorrer, justamente com a reforma concluída no ano de 2004. A diferença dos estilos é observada nas outras construções do entorno, onde a obra arquitetônica do mercado apresenta-se grandiosa, apesar de passados todos esses anos. Imponente, caracterizou todo o bairro, ao tornar-se um grande centro comercial.

- Arquitetura

O Mercado Municipal é o último dos grandes edifícios em estilo eclético do estado. Até hoje, inteiramente preservado, mantém com dignidade as funções para as quais foi projetado. Enquanto, outros edifícios históricos sucumbiram à degradação do centro ou à especulação imobiliária. Todos os pequenos mercados das cidades eram simples e acanhados. Não atendiam às necessidades da cidade que se expandia com enorme velocidade. Finalmente, o município possui um mercado condizente com a importância e tamanho de São Paulo. (PREFEITURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).

Sua variada clientela inclui donas de casa, gourmets exigentes e chefs de restaurantes famosos. O mercado passou por uma restauração em 1979 e novamente no final dos anos 80. Adotou uma abrangente modernização e restauração com projeto do arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva e do escritório Maria Luíza Dutra. Ganhou um mezanino de 2.000 m², servido por dois elevadores e duas escadas rolantes, onde foram instalados diversos restaurantes que servem comidas brasileira, japonesa, espanhola, árabe e italiana, entre outras.

O mercado, atualmente, possui dois pavimentos principais (térreo e mezanino). Oferecem aos visitantes 22 vagas para estacionamentos de bicicletas e de carros. Possui 12.600 m² de área construída. Prédio totalmente horizontal. Apesar de o seu pé direito ser bastante alto, destacam-se suas quatro torres nomeadas de A, B, C e D, onde duas delas caracterizam-se por suas cúpulas grandiosas com ornamentos do estilo neoclássico. Também foi escavado um

subsolo com área de 1.600 metros quadrados, onde há sanitários, vestiários, fraldário e enfermaria.

A estrutura do edifício é de concreto armado, que começava a se popularizar em São Paulo. A composição da fachada (Figura: 27) é marcada por uma série de arcos, com fecho em forma de mascarões de rostos femininos, que em cima seguram um miolo cheio de frutas nas cabeças. Tons pastéis na cor marrom. As fachadas também foram inteiramente restauradas, recebendo pintura na cor original do edifício. Para se descobrir o tom original, foram feitas prospecções, com decapagens das sucessivas camadas de pintura, até se chegar à cor original. Destaque para as cúpulas. Charmosos vitrais mostram figuras referentes às atividades cotidianas dos homens e mulheres trabalhando. (OBSERVATÓRIO DE TURISMO - SÃO PAULO, 2012).

FIGURA 27: Perspectiva do mercado.



FONTE: <http://www.mercadomunicipal.com.br/>, montagem a Autora, 2013.

- Programa / Funcionamento

Segundo pesquisa do Observatório de Turismo de São Paulo (2012), o pavimento térreo conta com aproximadamente 272 boxes (Figura: 28) das mais variadas especialidades originalmente divididos da seguinte forma: 40% para cereais, legumes, frutas e flores; 20% para laticínios e salgados; 10% para carnes verdes; 10% para peixes e os 20% restantes para aves, caças e outros animais. Há também uma ala de informações turísticas e do mercado, escadas e

elevadores de acesso aos outros pavimentos, administração, depósito e banheiros. São setorizados e classificados conforme as quadras, demarcada alfabeticamente.

FIGURA 28: Planta Baixa do Mezanino – setorização esquemática da área.



LEGENDA

- TORRES/RESTAURANTE COM PÉ DIREITO ALTO
- BOXES/COMERCIANTES
- SA.ÕES DE EVENTOS/ ADMINISTRAÇÃO
- MEZANINO/ GOJMERT
- ↓ ACESSOS

FONTE: <http://www.ppmsarquitetos.com>, montagem a autora, 2013.

Observa-se que os boxes dos comerciantes, muitas vezes, se repetem nos corredores, pois a oferta de procura é grande. Há casos de comerciantes, donos de boxes, com muitos anos de comercialização dentro do mercado. Alguns multiplicam sua clientela com outras franquias.

É perceptível a enumeração e cada qual tem sua logomarca especificada. Os corredores são largos com aproximadamente sete metros, incluindo pequenas mesas e cadeiras, bancos dos bares e lanchonetes em atendimento. Mas essa disposição, não atrapalha o fluxo das pessoas. Os vitrais destacam-se nas fachadas (Figura: 29). Nota-se interiormente a sua função, não só de estética. Os vitrais estão direcionados de um canto a outro do mercado, sinalizam nos corredores, marcando os corredores como as entradas e as saídas. Dos mesmos podem ser vistos quaisquer parte do mercado.

Além das sinalizações, placas e setas explicativas sinalizam quadras, ruas e banheiros criando eixos para facilitar as caminhada por dentro dele. Na coberta, nota-se a presença de claraboias, melhorando a iluminação e deixando o ambiente mais arejado e, ao mesmo tempo, se tem um contato com o exterior.

Conforme a revista *Veja São Paulo* (2013), são setorizadas as quadras a partir dos produtos comercializados como as quitandas de frutas e verduras, açougue, avícola, empório, diversos, mercearia, gourmet, peixaria e laticínios.

FIGURA 29: Visão do Mezanino. Em frente, os vitrais.



FONTE: <http://www.mercadomunicipal.com.br/montagem> a Autora, 2013.

O mezanino possui uma sala e um salão de eventos, praça de alimentação, restaurante gourmet e bares, entrada restrita aos funcionários (Figura: 30). Além de oferecer uma bela

vista por cima de todo térreo do mercado, contempla-se seu funcionamento e, principalmente, sua arquitetura. Há espaços mais reservados para conversas, diversas mesas e cadeiras e encontros formais e informais onde são servidas comidas variadas, nacionais e internacionais. Como ponto turístico, recebe pessoas dos quatro cantos do mundo que têm a oportunidade de experimentar a nossa culinária, e lembrar-se dela.

FIGURA 30: Perspectiva interna do mercado.



FONTE: <http://www.ppmsarquitetos.com>, 2013.

As redes elétrica e hidráulica foram totalmente refeitas. Instaladas uma subestação de energia, três transformadores e caixas de medição individuais para cada box. As gambiarras e o emaranhado de fios e canos que comprometiam a estética do interior do mercado foram eliminados. Foi implantada uma rede de tubulações de gás, tornando-se o ambiente mais seguro, que antes era fornecido através de botijões, prevenindo incêndios ou outras complicações mais sérias. (ESCRITÓRIO DA ARQUITETA, 2009).

O Mercado Municipal é um prédio admirado por todos os paulistanos. Entra no século XXI moderno e high-tech, porém preservando as funções originais e a arquitetura do início do século XX.

2.3 SESC POMPÉIA / SP

Em diversas intervenções feitas em fábricas desativadas no Brasil, o SESC Pompéia é o mais conhecido e bem sucedido. Por este fato, é justificada a escolha desse estudo de caso. Sua consequente transformação arquitetônica e com as atividades de lazer e amplo programa de serviços, torna-o interessante e bem referenciado.

- Localização / Acessos

Localizado no Bairro da Pompéia, subúrbio de São Paulo. Os acessos principais são localizados na Rua Pompéia, entrada ao edifício novo e a Rua Barão do Bananal, acesso aos galpões da antiga fábrica. Instalado numa fábrica desativada desde 1970, o projeto arquitetônico do SESC Pompéia foi projetado pela arquiteta Lina Bo Bardi. Inaugurado em 1982, tornou-se referência em todo o Brasil, por regenerar a paisagem urbana, intervir no edifício e reutilizar novos materiais.

FIGURA 31: Vista aérea do SESC Pompéia.



FONTE: Google Earth, montagem a Autora, 2013.

- Entorno

Situa-se próximo ao Estádio Palestra Itália. Ao seu redor há várias praças, entre elas: Francisco Matarazzo Júnior, dos Inconfidentes e Weltman Hutzler.

- Características

O projeto é um espaço privado de utilização pública, que atende tanto à programação do SESC, como também permite que a população de São Paulo usufrua-o de forma coletiva. Uma intervenção, cujo principal desejo era atender, satisfatoriamente a população.

A antiga fábrica deu lugar a um Centro de Lazer e Aprendizagem, com um projeto arquitetônico diferente, inusitado e vinculado aos princípios modernistas, confrontando o antigo horizontal, com o moderno vertical, (Figura: 32) Também o surgimento de novos materiais construtivos, o concreto aparente (BARBOSA, 2008).

FIGURA 32: O novo e o antigo, SESC Pompéia.



Confronto de épocas. O novo edifício, verticalizado. Uso do concreto aparente

Prédio da antiga fábrica.

FONTE: <http://www.arquitextos.com>, montagem a Autora, 2013.

- Arquitetura

Segundo Machado (2009), o projeto recupera o significado volumétrico da antiga fábrica e justapondo-se, com suas linhas modernistas aos mais recentes edifícios e com a vizinhança.

Esse projeto tem grande importância pela ampla programação cultural que envolve espetáculos de teatro, apresentações musicais e exposições. Também conta com uma área coberta de restaurantes e outra área ao ar livre. Ambas são ligadas por largos corredores de circulação, podendo ser vistos já na chegada ao acesso principal, onde um portal marca a entrada (Figura: 34).

FIGURA 33: Acesso ao novo bloco do SESC.



FONTE: <http://www.arquitextos.com>,2013.

FIGURA 34: Acesso principal ao SESC.



FONTE: <http://www.arquitextos.com>,2013.

Ao entrar na antiga fábrica, percebe-se as fachadas contínuas e variadas (Figura: 33), seguindo até a chegada dos acessos aos novos edifícios construídos, ao mesmo tempo traz o ambiente urbano para dentro do edifício.

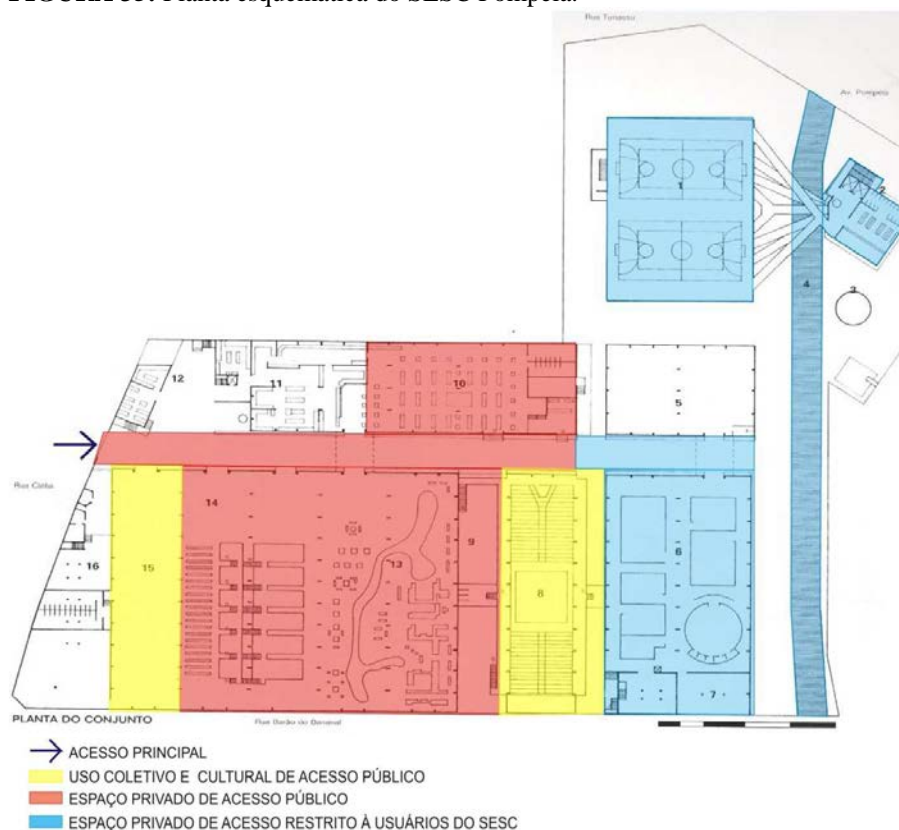
- Programa / Funcionamento

O equipamento do SESC Pompéia permite às pessoas se encontrarem e desenvolverem atividades diversas. Tem como programa principal: áreas esportivas, ateliês e salas de arte, grande área de estar formada pela biblioteca, teatro/cinema, marcenaria, musica, dança, laboratório fotográfico, administração, manutenção, espelho d'água e foyer, além do restaurante e choperia. Todos esses são interligados pelo corredor de acesso e o solarium que formam dois grandes eixos no equipamento (MACHADO, 2009).

O projeto do SESC foi desenvolvido para que as pessoas tivessem acesso a um espaço amplo e público com utilização coletiva de maneira igualitária. Dessa maneira, a análise destaca as seguintes áreas setorizadas por números, de acordo com o esquema da planta baixa local:

- | | |
|---|---------------------------------|
| 1 Conjunto esportivo com piscina, ginásio e quadras (5 pavimentos); | 9 Foyer; |
| 2 Lanchonete, vestiários, sala de ginásticas, lutas e danças (11 pavimentos); | 10 Restaurante, bar / choperia; |
| 3 Torre da caixa d'água; | 11 Cozinha industrial; |
| 4 Grande deck / solarium com espelho d'água e cachoeira; | 12 Vestiários e refeitórios; |
| 5 Almojarifado e manutenção; | 13 Espaço de estar; |
| 6 Ateliê, diversas atividades; | 14 Biblioteca; |
| 7 Laboratórios; | 15 Pavilhão de apresentações; |
| 8 Teatro com 1200 lugares; | 16 Administração do SESC; |

FIGURA 35: Planta esquemática do SESC Pompéia.



FONTE: <http://www.arquitextos.com>, Montagem a Autora, 2013.

Acesso principal – A entrada dos pedestres é feita pela Rua Clélia. Essa dá acesso ao grande corredor que caracteriza o eixo principal de circulação. Percebe-se as fachadas contínuas e variadas até o outro portal, que leva ao projeto mais recente, na Rua Pompéia.

Uso coletivo e cultural de acesso público – É formada pelo pavilhão de exposições e pelo teatro. Oferece atividades muitas vezes gratuitas. Essas áreas são destinadas ao público em geral.

Espaço privado de acesso público – Composto pelos ambientes de restaurante, biblioteca de lazer, espaço de estar com lareira e espelho d'água e, por último, o foyer. Esses locais oferecem ao público, em geral, a possibilidade de momentos de descanso, diversão e contemplação; permite a integração dos usuários, onde é possível interagir com as pessoas.

Espaço privado de acesso restrito a usuários do SESC – As áreas exclusivas para usuários são constituídas por um edifício esportivo com cinco pavimentos; um outro edifício para atividades diversas com onze pavimentos, além dos ateliês e dos laboratórios. A circulação, nessa área, é feita principalmente através do deck, amplo espaço de uso coletivo, onde as pessoas podem tomar banho de sol, descansar, caminhar, etc.

FIGURA 36: Solarium. Observa-se acessibilidade.



FONTE: www.arquitextos.com, 2013.

FIGURA 37: Sala de oficinas.



FONTE: www.arquitextos.com, 2013.

A arquiteta indica que não transformou o espaço da fábrica e sim permitiu uma nova realidade: “Ninguém transformou nada. Encontramos uma fábrica com uma estrutura belíssima, arquitetonicamente importante, original, ninguém mexeu... O desenho de arquitetura do Centro de Lazer Fábrica da Pompéia (Figura: 40) partiu do desejo de construir

outra realidade. Nós colocamos apenas algumas coisinhas: um pouco de água, uma lareira.”
(BO BARDI, 2009, p.45).

FIGURA 38: Projeto de piscina, dentro do galpão.



FONTE: www.arquitextos.com, 2013.

FIGURA 39: Centro de Lazer.



FONTE: www.arquitextos.com, 2013.

FIGURA 40: Biblioteca do SESC Pompéia.



FONTE: www.arquitextos.com, 2013.

FIGURA 41: Novo edifício.



FONTE: www.arquitextos.com, 2013.

Internamente, nos galpões, percebe-se grandes vãos, iluminação zenital, estruturas e instalações (em estruturas metálicas), em tons rústicos, que relembra as instalações da antiga fábrica. A presença do concreto é bastante marcante, tanto o externo e o interno. A arquiteta preservou a antiga fábrica, intervindo, mas mantendo as características originais. Construiu um novo anexo com onze pavimentos (Figura: 41), o que causou uma grande diferenciação entre os edifícios, o novo e o velho. Porém, ao mesmo tempo foi possível interligar e unir as funções, de forma a ser satisfatório para o público que atende.

2.4 ANÁLISE COMPARATIVA

QUADRO 1: Comparação dos estudos de caso.

ITENS AVALIADOS	MERCADO DE CASA AMARELA, RECIFE / PE	MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO / SP	SESC POMPÉIA POMPÉIA / SP
Acessos / Entorno	Bairro comercial. Dois acessos fáceis, com intenso fluxo de pessoas e carros.	Bairro comercial. Dois acessos fáceis, com intenso fluxo de pessoas e carros.	Bairro residencial. Dois acessos fáceis, com intenso fluxo de pessoas e carros.
Partido arquitetônico/ Materiais usados	Arquitetura permanece a mesma. Sem alterações, materiais em razoável condições.	Arquitetura permanece, com Alterações. Novo uso de materiais e tecnologia.	Utilização do antigo e construção do novo. Confronto de estilos. Boas condições.
Programa	Não é satisfatório. Não comporta todo o programa.	Bem elaborado. Atende as necessidade dos usuários.	Bem elaborado. Atende as necessidade dos usuários.
Acessibilidade	Externo: precário. Interno: nas circulações, pode atender as pessoas com necessidades especiais.	Existente em toda a obra arquitetônica.	Existente em toda a obra arquitetônica.
Estacionamento	Existente mas, não atende demanda dos usuários.	Existente mas, não atende demanda dos usuários.	Existente e atende a demanda dos usuários.
Ventilação, iluminação Natural e Acústica	Coberta possibilita tanto Ventilação como a iluminação natural. Bastante ruído, não possui tratamento acústico.	Aberturas nas fachadas, Permitem a ventilação Natural. Iluminação é Adequada. Bastante ruído, Não possui tratamento acústico.	Os antigos galpões não possui iluminação natural e nem ventilação, apenas artificial. Não possui tratamento acústico.
Serviços Prestados	São satisfatórios para os Usuários que frequentam.	São satisfatórios para os Usuários que frequentam.	São satisfatórios para os Usuários que frequentam.
Organização Espacial	Não possui sinalização, nem setores, apenas numeração.	Possui sinalização, setores quadras são todos numerados.	Possui sinalização, setores quadras são todos numerados.

FONTE: Elaborado pela autora a partir da análise dos estudos de caso, 2013.

LEGENDA



REGULAR



BOM



ÓTIMO

Os estudos analisados foram abordados de acordo com a compatibilização de interesses dos itens avaliados. Após formação do quadro comparativo, pode-se perceber que os mercados de São Paulo, de Casa Amarela e SESC Pompéia, não abordam os mesmo serviços prestados, mas para a região que está inseridos atendem perfeitamente as necessidades da população. Mostram que é possível intervir em construções antigas, respeitando e preservando suas características e devolver à população, parte de um cotidiano onde vivem.

CAPÍTULO 3. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA

Este capítulo será analisado um breve relato sobre a formação histórica da cidade de Pesqueira (interior, agreste do estado de PE), com a implantação da Fábrica Peixe, onde influenciou diretamente no crescimento do município. Alguns pontos a ser analisados é a localização, contexto histórico, norteando de forma cronológica os acontecimentos, municipal e industrial, fundamentais para a cidade e principalmente a situação atual com o novo uso que se encontra a fábrica.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo e análise da área são itens fundamentais para um melhor entendimento espacial desse trabalho. Também, o desenvolvimento social, econômico e as características da região.

3.1.1 Localização do Município de Pesqueira

Conforme dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE / FIDEM (2010), a área municipal ocupa 995.531km² e representa 1.05 % do Estado de Pernambuco. É um dos municípios da Mesorregião do Agreste, distando 209,7km de Recife, capital do estado. Faz parte da Microrregião do Vale do Ipojuca, região intermediária entre a zona da mata e o sertão do estado.

Criado em 20/04/1880, pela Lei nº 1.484, sendo formado pelos distritos: Sede, Cimbres, Mimoso, Mutuca, Papagaio, Ipanema, Frexeira e Cacimbão. População residente total é de 64.751 habitantes, sendo, 40.991 (71,0%) na zona urbana e 16.730 (29,0%) na zona rural, IBGE (2010). Coordenadas geográficas: latitude 08°21'28" sul longitude 36°41'45" oeste, estando a uma altitude de 654 metros.

Segundo o Diagnóstico dos Recursos Hídricos (2005), pesqueira encontra-se inserida nos domínios das bacias hidrográficas, dos Rios Ipanema e Ipojuca. Seus principais tributários são: o Rio Ipojuca, além dos riachos: dos Pebas, Cana-Brava, do Boi, Santana, Gravatá, Ceguinha, da Atravessada, do Guerra, Quebra-Roça, do Bálamo, Baraúnas, Liberal, Papagaio, do Belo e Salobro.

O acesso à região é feito pela rodovia federal, BR-232 e a partir dela pelas vias estaduais PE-217 e PE-219, que dão acesso às terras indígenas, Xucurus. Tem como municípios limítrofes, ao norte, Poção e o estado da Paraíba; ao sul, com Venturosa e Alagoinha; a leste, Sanharó, Capoeiras, São Bento do Una e Belo Jardim; e a oeste, Arcoverde e Pedra.

A entrada principal da cidade é caracterizada pela Santa Águeda (Figura: 42), a religiosidade é bem vívida na região. E também pela forte cultura do artesanato, da renascença fabricada por muitas rendeira para fornecimento na grande capital e cidade vizinhas, e fabricação de doces.

FIGURA 42: Acesso a entrada da cidade de Pesqueira.



FONTE: A autora, 2013.

Atualmente, a via conhecida como, Recife, que dá acesso ao município, o entorno está em crescente desenvolvimento. Completamente pavimentada, iluminada e arborizada, melhora a mobilidade e legibilidade da cidade. Ao redor, são encontrados, vários loteamentos, comércios e residências. Um pouco mais distante, encontra-se o presídio e o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), frequentado por grande parte dos estudantes da região.

FIGURA 43: Acesso pela via conhecida como Recife.



FONTE: A autora, 2013.

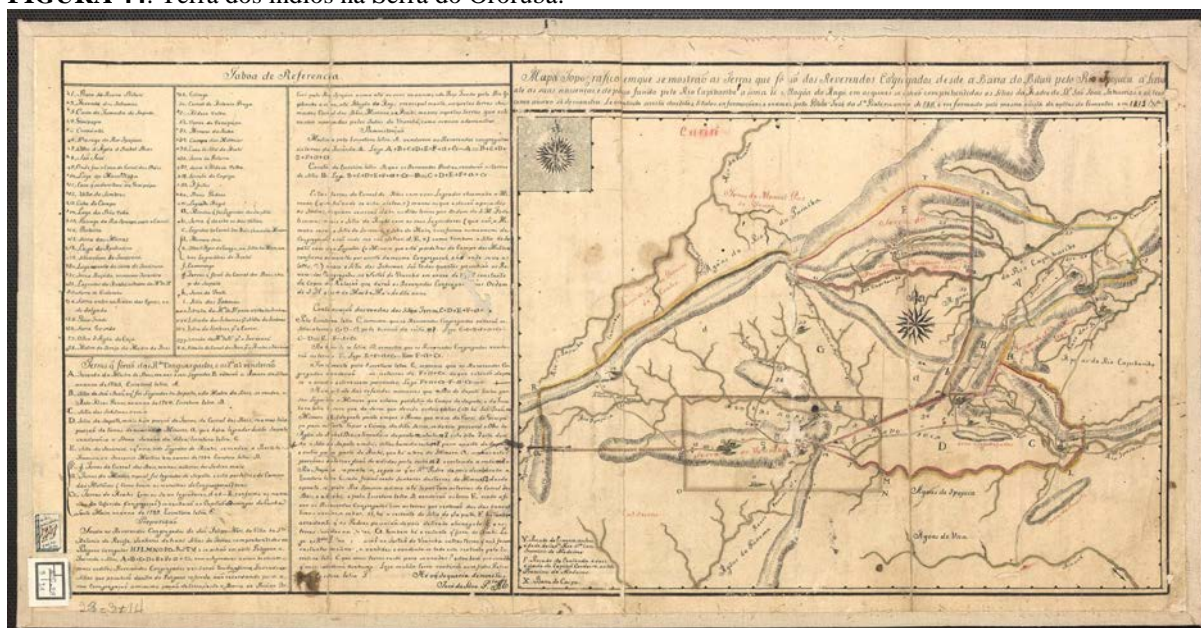
3.1.2 Breve Histórico

Para que haja uma melhor compreensão do processo, que levou o município ao grau de evolução dos dias de hoje, faz-se necessária uma referência histórica aos primórdios de seu povoamento. As terras do atual município pesqueirense faz parte da grande sesmaria em Pernambuco, 1654, a João Fernandes Vieira.

Em 1669, surgiu a fundação da aldeia ou missão de Ararobá, hoje Cimbres (distrito de Pesqueira) localizada na Serra do Ororubá. A Vila de Cimbres (1762) foi a responsável não só pelo surgimento desse município, mas por grande parte daqueles que hoje formam as mesorregiões, Agreste e Sertão pernambucanos, (CONDEPE/ FIDEM, 1982).

Inicialmente, a serra do Urubá, atual Ororubá, era habitada por índios da tribo Ararobás pertencentes à nação Tapuias, a mais antiga do País, quando tiveram as suas terras invadidas por índios da mesma nação: Xukuru e Paratió, que desenvolveram uma agricultura de subsistência atraindo mais tarde, boiadeiros e fazendeiros para o local, desencadeando assim, intensa disputa pelas terras indígenas.

FIGURA 44: Terra dos índios na Serra do Ororubá.



FONTE: http://www.wikimedia.org/wikipedia/8f/Ororub%C3%A1_oratorianos_Cart515170.jpg, 2013.

A antiga vila de Cimbres recebeu os foros de vila e sede do termo em 03 de abril de 1762. Foi a sexta vila oficializada em Pernambuco, ficando atrás apenas de Igarassu, 1535; Olinda, 1537; Sirinhaém, 1627; o Recife, 1709 e; Goiana, 1742. Abrangia uma área, onde hoje se encontram mais de 20 municípios, atraindo grande número de colonizadores, autoridades, sesmeiros, uma pequena quantidade de escravos, artesãos, funcionários públicos e sertanejos vindo em busca de terras férteis dos brejos úmidos. Além disso, Cimbres era o único caminho entre os “sertões” e a capital, (PREFEITURA DE PESQUEIRA, 2013).

Com a descoberta de um novo caminho para se chegar ao Sertão, através do vale do rio Ipojuca, passando pelo sopé da serra do Ororubá, aconteceram dois fenômenos importantes: a decadência de Cimbres e o surgimento de uma nova cidade, privilegiada pela condição de sua localização à margem da estrada, transformando-a num importante ponto comercial.

Como descrito pela Prefeitura de Pesqueira (2013), foi na fazenda Poço de Pesqueira (Figura: 46), no sopé da Serra, pertencente ao capitão-mor Manoel José de Siqueira, que se desenvolveu o embrião da nova cidade. Essa fazenda tornou-se quase parada obrigatória para os que ali passavam, atraindo os brejeiros da serra que vendiam seus produtos agrícolas e compravam mercadorias vindas do Recife.

“Em consequência desse pequeno mercado de compra e venda, desde cedo instalado, e de um comércio de hospedaria igualmente próspero, depressa a estrada se transformou em rua nas imediações do “sobrado”, dando origem ao embrião da atual cidade.” (SETTE, 1982, p.52).

FIGURA 45: Pesqueira entre 1913 e 1914.



FONTE: <http://www.pesqueirantigamente.com>, 2013.

FIGURA 46: Fazenda Poço de Pesqueira em, 1913.



FONTE: <http://www.pesqueirantigamente.com>, 2013.

No levantamento feito para a Série Monografias Municipais – Pesqueira, CONDEPE (1982), Pesqueira, após a Independência, recebeu os foros de Vila em 13 de maio de 1836, através da Lei Nº 20, decretada pela Primeira Assembleia Provincial reunida em Pernambuco,. Em 20 de abril de 1880, é elevada à categoria de cidade com o nome de Santa Águeda de Pesqueira.

Sendo, em seguida, oficializada como Pesqueira, a 15ª cidade pernambucana e a única do Sertão. Com a lei orgânica dos municípios, após a Proclamação da República, a Comarca de Cimbres com sede em Pesqueira, constituiu-se município autônomo.

A partir desse momento, a cidade inicia o seu desenvolvimento, impulsionado pela atividade mercantil que ali se estabeleceu. Essa atividade atingiu seu ponto mais alto com a chegada da estrada de ferro em 1907, que fazia em Pesqueira o seu ponto de retorno à Capital do estado.

Em 1920, os trilhos da estrada de ferro são prolongados até o distrito de Olho d'Água dos Bredos, atual município sertanejo de Arcoverde, emancipado em 1928. Com o prolongamento da estrada de ferro, o comércio pesqueirense não era mais o importante entreposto comercial, onde se realizavam as trocas de mercadorias.

Entretanto, a atividade comercial permitiu um salto de uma economia mercantil para uma economia industrial. Isso ocorreu devido à formação de um excedente gerado pelo comércio, que possibilitou relativa integração da população rural ao mercado urbano. A disponibilidade de mão-de-obra contribuiu para que o município de pesqueirense viesse a ter uma significativa feição industrial a partir de 1920. A origem da atividade industrial doceira remontou ao final do século XIX, mas na sua fase artesanal.

No final da década de 1940, o comércio de Pesqueira era bastante diversificado com estabelecimentos comercializando produtos alimentares, tecidos, artigos de vestuário, móveis, miudezas, louças, ferragens, madeiras, cimento, materiais automobilísticos, bebidas, etc. Mantendo, também, transações com o comércio do Recife, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Percebe-se que a indústria havia estimulado uma divisão social do trabalho.

O processo de industrialização aumentou a partir da instalação da Fábrica Peixe em 1897/1898, que, posteriormente, alcançaria um peso mais significativo na economia do município, com a ligação da rede ferroviária Recife – Pesqueira.

Seguindo a instalação dessa fábrica, criou-se um maior dinamismo no processo de urbanização com instalações da luz elétrica e o desenvolvimento das comunicações. A indústria de doces experimentou grande crescimento, tendo, na época, sido criadas as fábricas Tesouro, Touro e Tigre, hoje inexistente (CONDEPE, 2010), mas ainda hoje há indicativos da que mostram a intensa atividade industrial da época.

“A indústria em Pesqueira confunde-se com a história da instalação da Fábrica Peixe, empresa intimamente ligada à história recente do município. Depois dela vieram outras e Pesqueira passou a ser conhecida como, terra das chaminés”, (CAVALCANTI, 2005, p.45).

3.2 A FÁBRICA PEIXE

Nas indústrias desativadas, o seus edifícios arquitetônicos entram em estado de abandono e apenas fica a cargo de lembranças passadas, dos bons e ruins momentos. Não é diferente nas Indústrias Carlos de Britto S/A. Prosperou de forma a impulsionar a cidade de Pesqueira em

grandes empreendimentos, abrindo portas para aplicação de vários investimentos na região. Assim, surge a tão conhecida e herdada por todos, a Fábrica Peixe.

3.2.1 Localização / Acessos

Localiza-se no bairro do Centro, na cidade pesqueirense. Está situado na Zona Urbana Preferencial, no centro da cidade. Tem como acessos principais a Av. Coronel Carlos de Britto e a Rua Araújo Maciel. Possui um terreno com aproximadamente 81.000 mil m², ocupa todo o quarteirão, sendo 22.000 mil m² apenas de área construída, distribuída por edificações tais como: uma casa principal, antiga residência da família Britto, os seus anexos-galpões, que seguem contornando o terreno com eixos principais de acesso à antiga fábrica e o pátio interno, onde se encontram a chaminé e a feira livre.

FIGURA 47: Vista aérea da Fábrica Peixe, bairro do Centro.



FONTE: Google Earth, montagem a Autora, 2013.

Contam-se quatro entradas de acesso à fábrica. A primeira se dá no encontro da Av. Coronel Carlos de Britto com a Rua Doutor Lídio Paraíba (Figura: 48). Faz parte da fachada principal da fábrica, um portal escrito por cima da entrada a marca PEIXE. Faz parte diretamente dos acessos principais aos pontos turísticos, lazer, comercial e residencial que a cidade de Pesqueira oferece. O segundo acesso, fica situado na Rua Araújo Maciel. Esse pode ser

caracterizado por entrada e saída de serviços, localizado próximo ao sistema de tratamento de esgoto, já construído desde a época.

FIGURA 48: Av. Coronel Carlos de Britto.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 49: Portão principal da fábrica.



FONTE: A autora, 2013.

O terceiro acesso está localizado no bairro do Prado, onde na época que a fábrica funcionava a pleno vapor, centenas de caminhões cargueiros, saíam e chegavam com mercadorias e produtos encomendados pela e para à fábrica. O quarto e último acesso, é vizinho com a Paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição – Convento dos Franciscanos (Figura: 50) , um acesso atualmente desativado. Mas na época era visto como um acesso restrito aos donos e às visitas, é mais recuado, em relação a calçada e a própria fachada lateral da fábrica.

FIGURA 50: Convento dos Franciscanos.



FONTE: A autora, 2013.

A implantação de toda a edificação fez-se por partes, a medida que os negócios da Indústria Carlos de Britto S/A iriam se expandindo, além dos doces e o extrato de tomate Peixe. Inicialmente, foi construída a casa residencial da família, que se encontra na Avenida Coronel Carlos de Britto, uma das principais avenidas do centro, facilitadora do acesso à entrada e à saída da cidade, próximo à rodovia BR-232.

Em seguida, foi construída no terreno, de forma imponente, toda a edificação dos galpões criados como se fossem eles os próprios muros, ou pelo menos uma grande parte deles. Na mesma avenida (Figura: 51), foi construída uma passarela de acesso aos galpões, ligando-os os dois lados da rua, sem ter que sair da fábrica para ter acesso. Há ainda os acréscimos que foram feitos dentro do terreno, como: pátio interno, contendo pequenos depósitos, tanques de abastecimento e tratamento de água e uma chaminé de grande porte.

FIGURA 51: Fachada Principal da Fábrica Peixe, na Av. Coronel Carlos de Britto.



FONTE: A autora, 2013.

3.2.2 Histórico

A Indústria Carlos de Britto S/A (Fábrica Peixe), em 1898. Inicialmente, fundada pela esposa, Maria da Conceição de Britto, conhecida por Dona Yayá, que produzia de forma artesanal seus doces, criando uma indústria doméstica de goiabada. Dois anos mais tarde, a indústria expandiu-se e, em 1901, Pesqueira já exportava doces para o Recife e estados do Norte.

Em 1902, apesar do caráter artesanal que a indústria ainda possuía, já havia um crescimento significativo da produção. Sendo, portanto necessário um aumento no número de tachos e de empregados, assim como uma forma mais racional na divisão do trabalho. Como a indústria continuava crescendo fez-se necessária a compra de novas máquinas e a ampliação dos raios de comercialização.

FIGURA 52: A Fábrica Peixe, em 1914.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

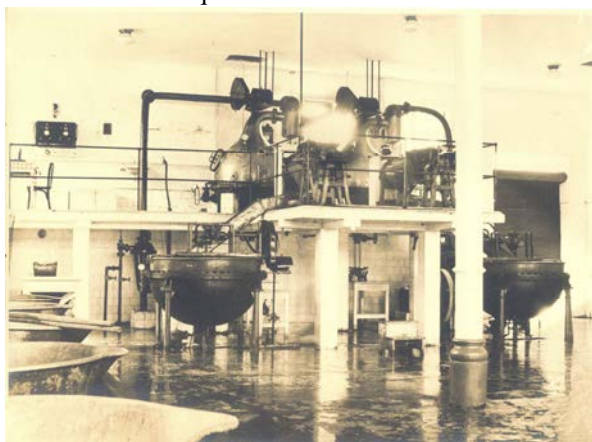
FIGURA 53: Pátio interno, em 1914.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

Em 1904, foram comprados tachos a vapor de fabricação inglesa e mecanizou-se a produção, contratando centenas de operários. Três anos depois, a Peixe já adquiria um bonde e quatro troles para o transporte de matéria-prima e de equipamentos. Assim surgiu a Fábrica Peixe, que foi evoluindo com a aquisição dos primeiros motores, as despoldadeiras (Figuras: 54 e 55). Uma maior e significativa quantidade de goiabas eram despoldadas em comparação com essa mesma tarefa realizada manualmente. Quanto ao quebrador mecânico, esse macerava a semente da fruta, inserindo-a na produção da goiabada. Os tachos a fogo foram substituídos pelos tachos mecânicos.

FIGURA 54: Maquinários da Fábrica Peixe.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

FIGURA 55: Maquinários da Fábrica Peixe.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

Desde 1907, já existia, em Pesqueira, uma concorrente da Peixe, a Fábrica Rosa. Depois vieram a Tesouro e a Touro. Então, a Indústria Carlos de Britto S/A, abriu filiais em Alagoinha, na época pertencente à Pesqueira, ampliando o comércio doceiro, beneficiando outras populações.

No ano de 1910, a fábrica recebeu, na Bélgica, o Grande Prêmio na Exposição Internacional de Bruxelas, consagrando-se como uma das maiores do Brasil.

A partir de 1914, houve grande expansão na indústria doceira de Dona Yayá e Carlos de Britto, quando o seu neto Moacyr de Britto (Figura: 56) trouxe para Pesqueira o tomate, que foi cultivado com sucesso. Iniciou-se a produção de massa de tomate, com as instalações de novas máquinas. As instalações foram ampliadas sem dificuldade de arrecimação da mão-de-obra, uma vez que esta era abundante na região.

FIGURA 56: Neto, Moacyr de Britto.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

FIGURA 57: Colheita de tomates.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

FIGURA 58: Plantação de tomates.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

FIGURA 59: Descarga dos tomates.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

Existia três campos de experiências com o tomate (Figura: 58). Duas vezes por semana, parte do que era produzido ia para análises no laboratório dentro da própria fábrica. Nessa época, a energia da cidade era fornecida por um motor a diesel e as luzes se apagavam à meia-noite (Figura: 59). Mas, as análises dos tomates vindos da plantação, tinham que ser feitas no mesmo dia, a luz de velas e candeeiros (SANTOS, 2008).

Os produtos da Peixe estavam no pique de vendas e a área tomateira ainda não produzia o suficiente para atender a demanda. De inúmeros fornecedores particulares. Os dez campos de plantações pertenciam a: Propriedade, Cachoeirinha, Roçadinho, Pintada, Lagoa do Félix,

Ismério, Caldeirão, Campo Alegre, Gravatá e Fazenda Velha. A indústria funcionava com água da barragem da cachoeira, insuficiente para o processo de expansão, que, exigiu um grande aumento de território para a produção de tomate, renovação do maquinário e um grande reservatório de água. Assim, compraram a Usina Barreiros e a Usina Santana na Zona da Mata de Pernambuco, para que a empresa fabricasse, ela própria, o açúcar de que necessitava para a produção de doces e de outros itens da marca Peixe.

Em 1913, Pesqueira passou a dispor de energia elétrica através da aquisição de um motor à gás durante a administração do prefeito Carlos de Britto. Esse fato demonstra a relação que se estabeleceu entre a política e a economia. A família Britto passou a ter o controle político local, confundindo os seus interesses e os das camadas economicamente dominantes com os interesses do município.

Com a passagem da predominância da atividade comercial para a industrial, formou, na cidade, nova estrutura de ocupação de uso, com o aumento cada vez maior de pessoas empregadas não só na fábrica Peixe, mas nas novas fábricas que surgiam, modificando a estrutura preexistente que se caracterizava pelo predomínio do engajamento da população nas atividades agropecuárias.

Em 1928, a Fábrica Peixe começou a produzir o extrato de tomate, passando a concorrer com os produtos importados. Porém, foi a partir de 1930 que a indústria pesqueira atingiu seu ápice, tornando-se um dos mais importantes centros industriais do interior nordestino, atrás apenas das áreas industriais sob a influência do açúcar e dos produtos têxteis.

Foi nessa época que a Peixe expandiu suas fábricas para outros estados atingindo o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Adquiriu também novas unidades fabris como a Sul América, Duchon (fabricante de biscoitos) e a Usina Central de Barreiros, (CAVALCANTI, 2005).

FIGURA 60: Carro da Peixe.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

FIGURA 61: Produtos da Fábrica.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

Os campos de plantio aumentaram a produtividade e a fábrica, apesar de ter renovado as máquinas, não conseguia industrializar a matéria prima produzida (Figura: 61). Então, mudou o sistema de vácuo para titânio e dobrou a produção.

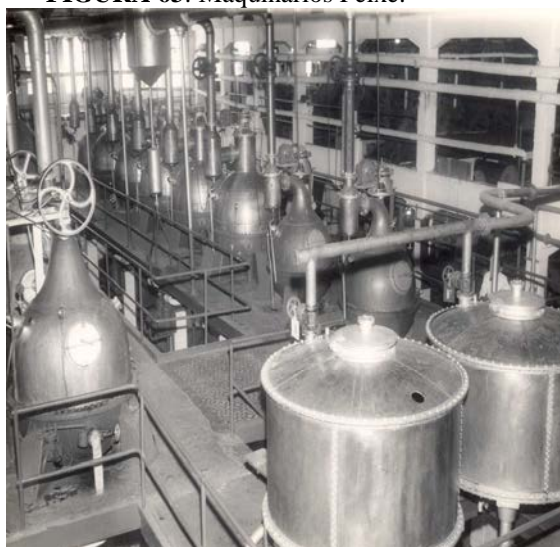
A primeira carga, no compartimento superior, comportava 800 caixas de tomates. Essa máquina recebia 500 a 600 toneladas de massa de tomate a cada 24 horas e, com sua aquisição, a indústria economizou cerca de 50 homens para o trabalho (Figuras: 62 e 63).

FIGURA 62: Maquinários Peixe.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

FIGURA 63: Maquinários Peixe.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

FIGURA 64: Funcionários da Peixe.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

FIGURA 65: Maquinários Peixe.



FONTE: Acervo da família Britto, 2013.

Entre as décadas de 40 e 50, entrou em decadência, permanecendo apenas como um monumento à prosperidade do passado. Decorridos mais de vinte anos, a fábrica continuava abandonada.

Em fevereiro de 1998, o Grupo Bombril-Círio adquiriu e iniciou a recuperação da Fábrica Peixe. Durante as semanas que se passaram após a venda da fábrica, os moradores da cidade do agreste amargaram uma cena que a própria história do município, possivelmente, não desejaria registrar. Grande parte do maquinário da centenária Indústria Alimentícia Carlos de Britto S.A. foi desmontado e transportados para as cidades de Nova Glória / GO e Taquaritinga / SP. A decisão partiu dos novos acionistas da empresa, o grupo Bombril-Círio, (JORNAL DO COMMERCIO, 1999).

Sem saber qual o projeto que os proprietários da empresa pretendia pôr em prática na área de 81.000 mil m², que ocupa todo um quarteirão no centro desta cidade, sendo 22.000 mil m² apenas de área construída, os moradores temiam pela demolição do prédio, que durante muitos anos simbolizou a prosperidade de Pesqueira. Enquanto isso, a concorrência crescia. Surgiam as fábricas: Cica-Norte, Palmeiron, Etti (Elefante), Maravilha e outros pequenos empreendimentos que, por sua vez, se tornaram grandes indústrias alimentícias.

Mas, antes mesmo do final daquele ano, em 20/11/1998, a fábrica foi novamente fechada e todos os funcionários demitidos. O grupo alegou dificuldades decorrentes da escassez de água

na região e quebra na safra de matéria-prima, que continuavam com a mesma fabricação. Segundo a reportagem do *Jornal do Commercio* (1999), não faltaram relatos dos ex-funcionários da fábrica, moradores de Pesqueira, que chegaram a chorar, à medida que as carretas transportavam o maquinário desmontado para outras cidades.

O pior de tudo, conforme o aposentado José Joaquim da Silva, 69, que trabalhou na fábrica durante 48 anos, foi o impedimento de entrar na indústria desativada, desde que uma empresa de vigilância foi contratada para zelar pela segurança do local. "Será que nós, que durante tantos anos suamos pela empresa, merecíamos agora ser tratados como marginais?", desabafou. "Se dependesse de mim, eu trabalhava até de graça, para não ver a Peixe fechar. Como sei que isso não vai ser possível, digo apenas que enterraram parte da história de Pesqueira", desabafou o aposentado.

3.2.3 Estilo Arquitetônico: Art Decó

O termo Art Déco, de origem francesa, abreviação de Arts Décoratifs, refere-se a um estilo decorativo que se afirma nas artes plásticas, artes aplicadas (design, mobiliário, decoração etc.) e arquitetura no entre-guerras europeu. O marco em que o "estilo anos 20" passa a ser pensado e nomeado é a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em Paris no ano de 1925 (STYLE, 2007).

Ocorre uma exposição em Nova York, onde o estilo passa a ter características industriais, com formas e materiais que podem ser construídos e produzidos em massa. Conclui-se que o sucesso do Art Déco, junto aos industriais, também pode ser explicado pelo barateamento dos custos de construção decorrente da simplificação de ornamentos.

De acordo com Correia (2003), um número significativo de fábricas erguidas no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 – bem como suas construções anexas – incorporam elementos vinculados à linguagem Art Déco. A arquitetura fabril atesta a difusão do gosto Déco no país e sua grande aceitação, naquele momento, por parte de industriais, muitos dos quais mobilizaram-no na construção de instalações fabris, de equipamentos de uso coletivo, de casas para seus operários.

Expresso em pinturas, esculturas, prédios, móveis, rádios e objetos, o estilo déco está vinculado a um conjunto de manifestações artísticas que se propagou a partir dos anos vinte e viveu seu apogeu na década de 30. Na arquitetura, recebeu impulsos do cubismo, do futurismo, do expressionismo e de outros movimentos das artes plásticas, ao mesmo tempo em que absorveu influências diversas de arquiteturas anteriores e contemporâneas.

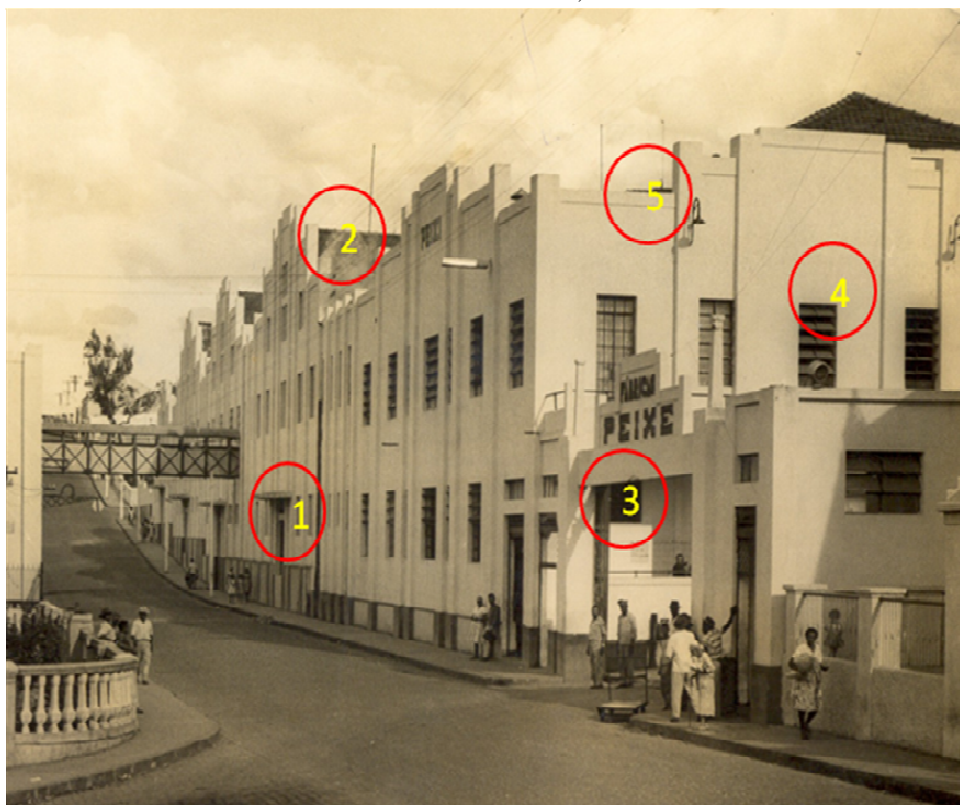
Nota-se que no ano de 1930, a Fábrica Peixe, objeto de estudo, já estava em seu auge e que este estilo, apesar de localizar-se em uma zona do Agreste, obteve um grande destaque com a fábrica, entrando até como pioneira entre muitas outras da mesma época na região.

Uma de suas vertentes é o streamlined, que se inspirou nas formas sinuosas e aerodinâmicas das novas máquinas de velocidade – carros, aviões e transatlânticos. Em obras arquitetônicas, o estilo adotou, com frequência, princípios de hierarquização, expressos em formas escalonadas e na ênfase ao acesso principal. Em prédios altos, foi comum uma composição de prismas retangulares com diferentes alturas, gerando um escalonamento solidário, com ênfase na altura e busca de monumentalidade.

Na Fábrica Peixe não foi diferente. Possuidora de uma grandiosa fachada e praticamente, toda sua arquitetura é no estilo Art Déco. Muitos dos itens do estilo encontram-se nela, como: marquises, pilastras, fachada monumental escalonada, janelas longas que lembram vitrais, muitos frisos horizontais e verticais. A composição enfatiza o acesso principal através de um portal. O letreiro “PEIXE” também tem elementos ornamentais geométricos em alto relevo, de cunho Déco, (Figura: 66).

Conclui-se, que o tal edifício estudado é uma das obras arquitetônicas, representante das construções industriais em estilo Art Déco no Brasil. Obteve grande repercussão, tanto dentro do país, como também no exterior. Sua grande arquitetura chama atenção em todos os pontos da cidade de Pesqueira.

FIGURA 66: Características Art Déco. Fábrica Peixe, 1930.



- LEGENDA
- 1-Marquises;
 - 2-Fachada escalonada;
 - 3-Acesso, “Portal”, com letreiro;
 - 4- Janelas, lembra escotilhas;

FONTE: Acervo fotográfico da Família Britto. Montagem, a Autora, 2013.

3.2.4 Entorno

Conforme já foi mencionado, a Fábrica localiza-se no centro pesqueirense. Apenas uma via de grande tráfego de carros e de pessoas é levada ao edifício: Avenida Coronel Carlos de Britto. Ela começa em um grande desnível em relação ao centro no Bairro do Prado (entrada da cidade). Percorre, descendo a “ladeira”, passa por todo o comércio até o Bairro da Baixa. Toda a fachada da fábrica, em melhores condições, localiza-se nessa avenida.

É muito conhecida pelo nome do antigo dono da fábrica, que muito fez pela cidade. Também por estar centralizada e dar acesso a outras ruas e bairros. As construções seguem a topografia da via (Figura: 67). A passarela da fábrica destaca-se com imagens das festas tradicionais, artesanato e religiosidade.

FIGURA 67: As construções seguem a topografia da via.



FONTE: A Autora, 2013.

Todos os acessos à fábrica são pavimentados. Mas não são acessíveis aos portadores de deficiência física. Vale salientar, que a questão sobre a acessibilidade não é muito praticada na cidade. As edificações, na grande maioria, são antigas. Elas, geralmente, possuem grandes desníveis com escadas entre a rua e a edificação. Tratar da inclusão de deficientes e em todos os acessos na cidade, seria um caso a ser estudado e praticado.

Próximo à fábrica, as edificações de grande porte existentes são Igrejas como o Convento dos Franciscanos e a Igreja Nossa Senhora Águeda, Escola Santa Dorotéia, posto de gasolina, salão de festa, pátio, praças, bancos, lojas comerciais e casas residenciais.

Os usos predominam o residencial. Por diversos casos, suas próprias residências transformam-se em lojas, logo também comercial. As cidades interioranas têm muitos costumes e tradições. Deles observa-se a cultura de construções de casas conjugadas, sem recuos, pois se constrói com o máximo de aproveitamento do terreno. As divisões são suas próprias paredes. Então, são vistas todas num mesmo plano, uma ou outra com reentrâncias, formando um terraço de entrada.

FIGURA 68: Tipologia das casas em Pesqueira.



FONTE: A Autora, 2013.

FIGURA 69: As casas seguem um mesmo plano.



FONTE: A Autora, 2013.

3.2.5 Situação atual

Para um melhor entendimento da situação em que se encontra a fábrica atualmente, dividiu-se a área para análise e estudo. Todo o terreno do conjunto arquitetônico pode ser explicado, basicamente, em três setores: a casa residencial da família, que também servia como setores administrativos, os edifícios principais (galpões), onde todo o funcionamento aconteceu, e por fim, o pátio interno, que interliga todos os acessos aos setores da fábrica. Também ainda se visualiza a grandiosa chaminé.

FIGURA 70: Setorização da Fábrica Peixe, para análise.



FONTE: A autora, 2013.

A primeira construção feita pela família Britto foi a residência, onde Dona Yayá Britto, produzia, inicialmente, seus famosos doces (Figura: 71). Foram tomadas muitas decisões importantes para o desenvolvimento da fábrica. A casa está inserida dentro do próprio terreno da fábrica, localizada na Avenida Coronel Carlos de Britto, que dá acesso principal a antiga indústria. Em outro estilo, diferenciando-se dos galpões, a casa, hoje, sedia a Secretaria de Educação de Pesqueira (Figura: 72). Boa parte dos traços de arquitetura ainda permanece, pelo menos na fachada. Apenas o símbolo foi retirado.

FIGURA 71: Residência da Família Britto, 1904.



FONTE: Acervo família Britto, 2013.

FIGURA 72: Antiga, residência da Família Britto, 2013.



FONTE: A autora, 2013.

Percebe-se que as fachadas internas (Figuras: 73 e 74) dentro da fábrica, não são pintadas como as externas. É notório o completo desleixo com a arquitetura. Portas e janelas fechadas e vedadas com toras de madeira na fachada dos fundos. A calçada serve para estacionamento dos funcionários da Secretaria.

FIGURA 73: Fachada deteriorada.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 74: Fachada dos posterior.



FONTE: A autora, 2013.

O segundo setor trata dos galpões da fábrica no estilo Art Déco, que percorrem toda a quadra do terreno. Acompanha a topografia da via. Escalonado, varia de altura a cada percurso, tanto externa como internamente. Antes da fábrica ser desativada, neles funcionavam estocagem dos tomates vindos do plantio, máquinas industriais e várias outras etapas do trabalho, até ficar pronto o produto final.

Após vinte anos abandonada, a obra arquitetônica sofreu muitos danos principalmente físicos - estruturais. Em detrimento do tempo em que ficou sem uso nenhuma manutenção foi realizada. Anualmente, a prefeitura responsabiliza-se pela pintura de todo o edifício. Mas apenas as fachadas externas são contempladas sendo, portanto, o insuficiente para manter um prédio desse porte em boas condições física e estética.

Mesmo mudando as cores cada ano, percebe-se (Figura: 75) janelas sem vidros, com esquadrias quebradas, e outras apenas as aberturas, no lugar das janelas. Nas colunas, há rachaduras que vão de piso ao teto. Adaptações feitas para instalações elétricas são expostas e têm mal acabamento.

FIGURA 75: Efeitos da deteriorização da fachada da Peixe.



FONTE: Foto e montagem a Autora, 2013.

Ainda do lado de fora das instalações da fábrica, a passarela (Figura: 76) que interliga os lados opostos da avenida, está em péssimo estado de conservação. Desativada desde a venda das indústrias, as estruturas apresentam ferrugens. Materiais estruturais estão faltando correndo risco de desabar. A cobertura apresenta-se com várias aberturas, expondo principalmente, o piso ao sol e a chuva internamente.

Sobre o peitoril, foram posta lonas impressas com fotos das edificações mais importantes para a população da cidade, as Igrejas e imagens de Santas. Todas já estão sem cor e a toda visibilidade.

FIGURA 76: Passarela da Fábrica Peixe.



FONTE: A autora, 2013.

Atualmente, os galpões estão sendo utilizados como depósitos por diversas empresas. É difícil o acesso ao interior de cada galpão, pois é necessário a autorização dos proprietários para tal visita e conhecimento do ambiente. Assim, não foi possível a análise do ambiente interno dos galpões, mas é considerável a análise apenas das fachadas. Elas traduzem a transformação incorreta na edificação.

A mudança de uso foi um transtorno para as dependências da fábrica. Feito de forma aleatória e sem nenhum projeto arquitetônico, o qual amenizaria os impactos que a edificação viria a

sofrer. Descaracterização do bem histórico tem sido feito mediante ornamentos, que entram em total conflito com o estilo arquitetônico, enfraquecendo a estética. Portões pintados (Figura: 77) com propagandas, avisos, produtos para estabelecimentos, são elementos que também descaracterizam a edificação (Figura: 78). As placas e “puxadinhos”, sofrem com a falta de manutenção, modificando toda a estrutura e configuração da fábrica, tornando o ambiente aglomerado e confuso.

FIGURA 77: Fachada externa.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 78: Fachada interna.



FONTE: A autora, 2013.

Dentro do terreno, vários anexos foram construídos. Antes, no corredor que dá acesso ao pátio interno, foram erguidos um pequeno bloco em alvenaria para dar apoio a Secretarias de Serviços Urbanos da Cidade (Figura: 79) e um galpão para o funcionamento da feira de artesanato e de roupas e para guardar as barracas (Figura: 80).

FIGURA 79: Secretaria de Serviços Urbanos.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 80: Construções atuais. Galpão.



FONTE: A autora, 2013.

Mas, são perceptíveis os descasos de manutenção e o desinteresse de conservar. Esses cuidados deveriam partir dos donos da fábrica e do poder público. O edifício está em estado de precariedade. Carros particulares dos donos e representantes das empresas são estacionados cada um próximos a seu estabelecimento.

Alguns maquinários pertencentes antes à fábrica, hoje, estão esquecidos e abandonados nas suas dependências. (Figuras: 81 e 82).

Em um largo corredor de acesso ao pátio, encontram-se bares e lanchonetes (Figura: 81), local onde se prepara e comercializa lanches e refeições sem coletores de lixos. As paredes e os pisos são sujos e sem revestimentos, como cerâmica. Não existe fornecimento de água, sendo comum o uso de baldes para acondicionar a água usada na higienização.

FIGURA 81: Antigas Caldeiras Vapor , vindas da Alemanha.



FONTE: Foto e montagem, a Autora, 2013.

FIGURA 82: Maquinário abandonado.



FONTE: A Autora, 2013.

A terceira etapa é referente ao pátio interno. O aproveitamento do espaço foi, em grande parte, realizado pela feira livre para o uso da feira da “sulanca”, depósito das barracas e lava jato. Os três usos apresentam sérios problemas de higiene e sofrem com a desorganização espacial. A chaminé (Figura: 83), lembrança de grandes dias de produções da fábrica, permanece apenas retratando características da antiga indústria. O estado de conservação está ótimo, mas intocado.

FIGURA 83: Pátio interno da Fábrica Peixe.



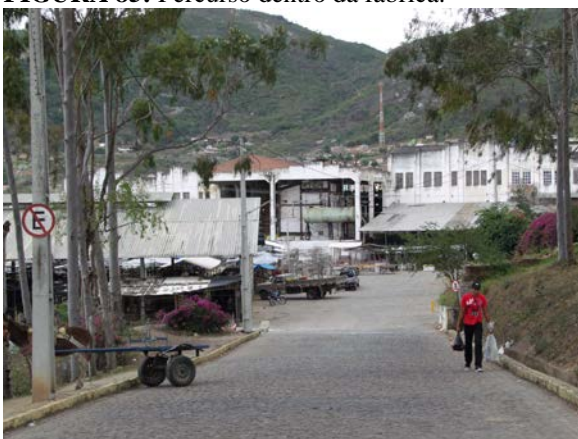
FONTE: A autora, 2013

FIGURA 84: Feira livre vista de cima.



FONTE: A autora, 2013

FIGURA 85: Percurso dentro da fábrica.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 86: Galpão e estacionamento.



FONTE: A autora, 2013.

A vegetação só não tomou conta dos lugares que já estão ocupados. Nele existe o sistema de esgoto desde época, quando a fábrica funcionava. Atualmente desativado, o sistema de esgoto, em pequeno porte, apresenta sérios riscos para a saúde. Apenas, o mato cresce cada vez mais e lixos são jogados nele. O esgoto está em um nível bem mais abaixo das ruas onde funciona a feira livre e por situar-se próximo ao término do terreno da fábrica, tem como limítrofes casas construídas informalmente. Os moradores despejam seus lixos e esgoto aleatoriamente. Cachorros, gatos e cavalos, animais são encontrados na área.

FIGURA 87: Antigo tratamento de esgoto da fábrica, hoje coberto por vegetação.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 88: Vegetação e muito lixo.



FONTE: A autora, 2013.

FIGURA 89: Os lixos não retirados.



FONTE: A autora, 2013.

Portanto, conclui-se que o estado atual da fábrica está entregue ao descaso. Descaracterizado, e abandonado pelo poder público, seu funcionamento está sob responsabilidade da atual e da Empresa Bombril-Cyrl, proprietários da fábrica.

Suas instalações sofrem com estruturas precárias, que ao decorrer dos anos são vítimas de depredações e intervenções mal projetadas. Na sociedade, projeta-se como grande obra arquitetônica, herança de prosperidade pela qual a cidade passou em algum momento de sua

história. Então, o edifício merece melhor atenção e tratamento adequados, sem prejudicar as instalações, assim, conservando e extraindo o máximo que o imóvel possa oferecer.

3.2.5.1 Diagnóstico da Feira Livre

O movimento da feira livre, em Pesqueira, está diretamente relacionando às épocas do ano, ao calendário de pagamento da Prefeitura e da população pesqueiraense. A oferta de produtos oriundos das áreas rurais está estreitamente ligada às variações de clima e de temperatura. Sua escassez ou abundância, determina os preços.

A feira livre da cidade foi deslocada do seu antigo lugar no centro da cidade para o pátio interno da fábrica. As barracas juntamente com seus comerciantes setorizados nas próprias ruas e nas praças centrais. Antes fora uma feira desorganizada. Trazia caos para a mobilidade no Centro de Pesqueira. Assim, a ideia era centralizar em uma determinada área a feira para que não atrapalhasse o fluxo das pessoas nem dos carros nas ruas do centro, pois estava causando desordens e tornando infraestrutura precária.

FIGURA 90: Localização da feira livre.



FONTE: Google Earth, montagem a Autora, 2013.

Ocupando 20.000 m² do pátio. Segundo dados da própria Prefeitura da cidade, toda essa transferência de lugar, também se deu no contrato firmado em parceria com o Grupo Bombril-Círio, atual proprietário da Fábrica Peixe. Contrato acordado em um prazo de doze anos, que começaria a partir do ano 2000. A Prefeitura da cidade poderia usufruir dos espaços e das dependências da fábrica, pois não voltaria a ser reativada. Ficando sem nenhum uso, apenas sofrendo desgaste com o abandono.

Qualquer comerciante/feirante precisa obter uma permissão requerida junto à Prefeitura a fim de participar da feira. A feira livre, que hoje acontece em dois dias da semana (quartas-feiras e sábados), já fora, mais organizada e expressiva no início da sua criação, sem ter sido menos importante para esta cidade. Atualmente, a quarta-feira é de mais movimentação.

A entrada e a saída da feira livre, dentro da fábrica, são pelos acessos da Avenida Coronel Carlos de Britto. Tanto para entrada e saída dos pedestres, como para acesso aos automóveis e motos (funciona um ponto de mototáxi dentro do pátio), que abastecem os feirantes com sua saída para a Rua Araújo Maciel e para a saída dos automóveis. (Figura: 91).

FIGURA 91: Saída de veículos, feira livre.



FONTE: Foto e montagem a Autora, 2013.

Observa-se o péssimo estado em que se encontram as entradas. Não se torna claro que a feira-livre da cidade está localizada ali dentro, placas pequenas e com danos as tornam-se ilegíveis. E uma mera edificação para fins lucrativos e usos da Prefeitura. E um lugar de carga e

descarga para abastecimentos. Quando se entra no pátio interno, nota-se a precariedade e a situação deplorável da feira (Figura. 92).

FIGURA 92: Feira livre dia de Sábado.



FONTE: A Autora, 2013.

Em ambas as entradas encontram-se as barracas espalhadas de qualquer forma. As ruas são pontos de parada de taxistas, mototaxistas e caminhonetes dos próprios feirantes, que deixam seus veículos estacionados nas ruas, atrapalhando a mobilidade local. O preço, dentro da cidade é de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) e transportam, basicamente, donas de casa e consumidores em geral que vêm fazer pequenas compras na feira livre.

FIGURA 93: Barracas da feira, degradadas.



FONTE: A Autora, 2013.

A feira livre ocupou o espaço de forma rápida e desordenada atendendo a demanda do comércio. Com o tempo seu funcionamento tornou-se precário, e que não foi bom. Isso acarretou o comodismo dos comerciantes. Pensando eles que, obtendo seus espaços na feira funcionariam de qualquer jeito por não estarem prejudicando a infraestrutura e mobilidade da

cidade. Vários são os fatores, que ocorreram para tamanha degradação (Figura: 93) também do bem histórico, e da Fábrica no decorrer dos anos.

FIGURA 94: Feira livre na quarta feira.



FONTE: A Autora, 2013.

FIGURA 95: Dia de feira livre.



FONTE: A Autora, 2013.

Os pontos que os feirantes ocupam também não são marcados, gerando desordens. As barracas são removíveis, feitas, basicamente, de materiais como as “toras” de madeira, barras de ferro (enferrujados) e lonas como cobertas. Todas em estado de precárias condições para o funcionamento. Nota-se que algumas delas foram adaptadas na tentativa de diferenciar das outras e demarcar o seu lugar, (Figura: 95).

Há de se registrar nesse estudo as análises dos resultados das entrevistas realizadas com feirantes e clientes sobre o funcionamento da feira livre, nas quais são relatadas as condições físicas e humanas.

Os feirantes mais antigos descreveram a feira com os produtos que geralmente vendiam no passado, quando começaram nesse ramo. Ou os que ainda vendem como: carne de sol, cangalhas, cassuás, jererés, artigos de couro vendidos em abundância e eram variedades, como também utensílios de uso doméstico feitos artesanalmente de barro e argila; também filtros, panelas, formas, potes e tachos; barracas que vendiam fazendas (tecidos), camas, petisqueiros, redes, tamboretas, balaios, cestas, bacia de zinco, ferro a brasa, carvão, fogareiro, fumo, esteira, candeeiros, lamparinas, peneiras, vassouras de pinçava, galinhas, porcos, bodes, barracas-refeitórios, querosene e outros.

Segundo as entrevistas, cerca de 80% são donos das suas próprias bancas, o restante dos 20% alugam da própria Prefeitura. Pode-se perceber que o próprio poder público não se interessa em organizar e nem fazer a manutenção das bancas. Mesmo a “feira” paga pelos feirantes um valor á Prefeitura pela ocupação do solo. Nos dias é cobrado, aproximadamente, de R\$1,00 (um real) à R\$ 3,00 (três reais), dependendo do tamanho da banca e do produto a ser vendido. Essas arrecadações deveriam destinar-se a melhoria das instalações, porém não acontece, (Figuras: 96 e 97).

FIGURA 96: Precária situação das bancas.



FONTE: A Autora, 2013.

FIGURA 97: Barracas abandonadas.



FONTE: A Autora, 2013.

Atualmente os feirantes oferecem, basicamente, produtos alimentícios de natureza hortigranjeiros como também uma larga oferta de frutas e produtos de mercearia. Os produtos deveriam estar em locais seguros, para não sofrerem qualquer tipo de contaminação.

Quando se trata de higienização e de cuidados com os produtos expostos na feira local, é importante observar a época do ano. As raízes, em geral, hortaliças, frutas e verduras, em período de chuva, apresentam certa fragilidade, ou ainda dificuldade para uma manipulação segura e higienizada. Percebe-se, que no manuseio de frutas, verduras e até mesmo da carne vermelha, não se costuma usar luvas. Ressalta-se que o próprio consumidor/cliente manuseia dinheiro no pagamento, e ao mesmo tempo está em contato tátil para receber os produtos, que ele utilizará.

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA (1997), coordena, supervisiona e controla as atividades de registro, informações, inspeção, controle de riscos e estabelecimento de normas e padrões. O objetivo é garantir as ações de vigilância sanitária de

alimentos, bebidas, águas envasadas, seus insumos, e embalagens, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, limites de contaminantes e resíduos em medicamentos veterinários. Essa atuação é compartilhada com outros ministérios: o da Agricultura, de Pecuária e do Abastecimento, e com os estados e municípios, que integram o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Conforme a mesma, deve-se seguir o regulamento técnico sobre as condições higiênico - sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos produtores / industrializadores de alimentos.

Para efeitos desse regulamento a ANVISA (1997), são definidos:

- Adequado: entende-se como suficiente para alcançar a finalidade proposta;
 - Alimento apto para o consumo humano: aqui considerado como alimento que atende ao padrão de identidade e qualidade pré-estabelecido, nos aspectos higiênico-sanitários e nutricionais;
 - Armazenamento: é o conjunto de atividades e requisitos para se obter uma correta conservação de matéria- prima, insumos e produtos acabados;
 - Boas práticas: são os procedimentos necessários para garantir a qualidade dos alimentos;
 - Contaminação: presença de substâncias ou agentes estranhos, de origem biológica, química ou física que sejam considerados nocivos ou não para a saúde humana;
 - Desinfecção: é a redução, através de agentes químicos ou métodos físicos adequados, do número de microorganismos no prédio, instalações, maquinários e utensílios, a um nível que não origine contaminação do alimento que será elaborado;
 - Estabelecimento de alimentos produzidos/industrializados: é a região que compreende o local e sua circunvizinhança, no qual se efetua um conjunto de operações e processos, com a finalidade de obter um alimento elaborado, assim como o armazenamento ou o transporte de alimentos e/ou suas matérias primas;
 - Fracionamento de alimentos: são as operações através das quais se divide um alimento, sem modificar sua composição original;
 - Limpeza: é a eliminação de terra, restos de alimentos, pó e outras matérias indesejáveis.
- 3.10- Estabelecimento de alimentos produzidos/industrializados: é a região que compreende o local e sua circunvizinhança, no qual se efetua um conjunto

de operações e processos, com a finalidade de obter um alimento elaborado, assim como o armazenamento ou transporte de alimentos e/ou suas matérias - primas;

- Material de embalagem: todos os recipientes como latas, garrafas, caixas de papelão, outras caixas, sacos ou materiais para envolver ou cobrir, tais como papel laminado, películas, plástico, papel encerado e tela;
- Órgão competente: é o órgão oficial ou oficialmente reconhecido ao qual o País lhe outorga mecanismos legais para exercer suas funções;
- Pessoal Tecnicamente Competente/Responsabilidade Técnica: é o profissional habilitado a exercer atividade na área de produção de alimentos e respectivos controles de contaminantes que possa intervir com vistas à proteção da saúde;
- Pragas: os animais capazes de contaminar direta ou indiretamente os alimentos;
- Produção de Alimentos: é o conjunto de todas as operações e processos efetuados para obtenção de um alimento acabado;

A infraestrutura é uma das principais questões dos efeitos visíveis onde a feira se encontra. Demanda reparos e medidas do poder público municipal. Os corredores onde as barracas se formam estão em péssimo estado de uso. É difícil distinguir quais as barracas que ainda funcionam daqueles que não funcionam mais. A organização das barracas não privilegia uma estética que vise atrair os consumidores.

Os vegetais ficam expostos em cima das barracas, diretamente na madeira que têm aparência velha e suja. As caixas de transporte também são utilizadas para exposição dos produtos e normalmente são colocadas à frente e ao lado das barracas; em baixo das barracas é comum a presença de bastante entulho;

Nos dias em que não ocorre a feira, as barracas ficam do mesmo jeito, prontas, expostas para próximo dia da feira. Nos dias de chuvas, elas também permanecem. A madeira exposta ao vento e à chuva vai se deteriorando com o tempo.

De acordo com os consumidores e feirantes, geralmente a Prefeitura não lava as ruas, nos dias onde a feira funciona. Porém, em alguns dias há o recolhimento do lixo, mas não é suficiente. Não existem coletores de lixo, nem mesmo reciclável, de forma que todo o resíduo gerado

durante a comercialização é colocado ou jogado no chão. Tal fato promove mau cheiro e atrai insetos e roedores

FIGURA 98: Barracas quando não há feira.



FONTE: A Autora, 2013.

O banheiro público não tem boa higienização, causando desconforto aos feirantes e aos clientes e, principalmente, sendo veículo de contaminação e promoção de mau cheiro. É comum a presença de animais como cães e gatos, principalmente nos setores de carnes e pescados, pois é hábito entre os feirantes alimentar esses animais.

FIGURA 99: Lixo no chão.



FONTE: A Autora, 2013.

FIGURA 100: Toneis como lixeira.



FONTE: A Autora, 2013.

Diante do cenário, pode-se observar que o desconhecimento da legislação sanitária em vigor e a falta de infraestrutura são os principais motivos dos problemas higiênicos identificados na feira. No município de Pesqueira, a fábrica e a feira apresentam, ao longo da sua história, uma relação afetiva e direta com a própria cidade. Nesse, como em tantos outros municípios ao largo do território brasileiro, nasceram as feiras livres, mediante a força da movimentação comercial.

Padronização na distribuição dos espaços físicos entre os pontos comerciais de cada setor da feira livre; disponibilidade de segurança durante toda a feira livre e não apenas em alguns horários; melhor aplicação dos impostos pagos por eles; melhores instalações elétricas (iluminação em alguns locais do mercado), pontos de água nos locais de comercialização, especialmente nos setores de carnes, pescados e lanchonetes.

Os maiores problemas da feira são estruturais. Não existe coletores de lixos. Os sanitários não têm manutenção nem limpeza. Não há fornecimento regular de água. As canaletas dos esgotos abertas e os animais como cães e gatos circulam livremente entre as barracas. Falta uma gestão que fiscalize a organização dos setores e a obediência às normas sanitárias. A feira é um campo fértil para atividades de extensão que visem à capacitação dos feirantes em relação à manipulação higiênica dos alimentos.

3.2.6 Aspectos legais

De acordo com a Prefeitura da cidade de Pesqueira, o município está dividido em três Macrozonas. A região centro está localizada, geograficamente, na Macrozona de Ocupação Urbana, que se subdivide em mais cinco zonas. O Bairro do Centro situa-se na de Zona de Ocupação Urbana Preferencial (ZOP). A Fábrica Peixe não é considerada por nenhuma lei como um Imóvel Especial de Preservação (IEP). Portanto, não é considerado um bem a ser preservado.

Segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Pesqueira, é considerado um bairro com significativa presença de muitas construções. Possuindo diversos usos da ocupação do solo,

visa a Legislação Ambiental. Lei Federal Nº 4771-65, Lei Nº 9.985-00 e resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Os parâmetros urbanísticos que seguem o Plano Diretor, reguladores da ocupação do solo, são: índice de aproveitamento (mínimo e básico), taxa de permeabilidade e taxa de ocupação, para áreas urbanas. A Zona de Ocupação Urbana Preferencial – ZOP caracteriza-se pela disponibilidade expressiva de infraestrutura e serviços urbanos. Foram observados parâmetros urbanísticos, como: a disponibilidade e recuperação de equipamentos e espaços públicos, incentivar a valorização, preservação, recuperação e conservação de imóveis e dos elementos característicos da paisagem e do patrimônio histórico, cultural, arquitetônico, artístico ou arqueológico. O tipo de uso também é direcionado às atividades comerciais. Na sua maioria, destinando-se à intensificação e dinamização do uso e ocupação do solo.

São parâmetros construtivos:

Índice de aproveitamento básico: 2

Índice de aproveitamento mínimo: 0,1

Taxa de permeabilidade: 20%

Taxa de ocupação: 70%

Segundo o Plano Diretor de Pesqueira (2009), sobre os empreendimentos de impacto, previstos no Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), a fábrica enquadra-se nos preceitos, pois possui mais de 5.000 m².

Art. 47 - Os empreendimentos de impactos de vizinhança são aquelas edificações, usos ou atividades, públicas ou privadas, que podem causar impactos e/ou alteração no ambiente natural ou construído, bem como sobrecarga na capacidade de atendimento de infraestrutura e dos serviços, causando reação adversa sobre a vizinhança, tendo em vista suas estruturas físicas e vivências sociais.

X – O conforto ambiental, a ventilação e a iluminação das novas construções e das construções vizinhas;

XI – A geração de poluição sonora, visual, atmosférica e hídrica;

XII – A geração de vibrações;

XIII – Os riscos ambientais e de periculosidade;

XIV – A geração de resíduos sólidos;

Diante dos Princípios de Políticas Públicas no Plano Diretor de Pesca, há proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural. O mesmo item é encontrado nos objetivos do plano e principalmente, existente dentro da política de proteção do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. No art.18, verifica-se que os itens que serão descritos abaixo, são de extrema urgência para preservar um bem, são eles:

- Realizar inventário do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico, Étnico, Racial e ambiental, no prazo de 36 meses, observando as especificidades dos territórios Indígenas e Quilombola, em especial no que diz respeito a sua autonomia.
- Estimular a preservação e utilização de imóveis representativos da memória da cidade, mediante incentivos fiscais, instrumentos urbanísticos e apoio técnico especializado.
- Delimitar as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico – ZEPH em áreas, onde existam imóveis e conjuntos edificados e paisagens de interesse de preservação, no prazo de 12 meses, observando as especificidades dos territórios Indígenas e Quilombola, em especial no que diz respeito a sua autonomia.
- Criar programas especiais de Educação Patrimonial.

O imóvel, em questão, não é tombado a nível Federal através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nem a nível estadual através da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE). A proteção desse tipo de edificação é dever Municipal e dos responsáveis, mas ainda da população que o usa diariamente. Promover a educação patrimonial, seria essencial para a conservação do patrimônio. O interesse caberia ao proprietário à manutenção das características originais do imóvel, para preservar os elementos que determinam a importância do imóvel para se tornar um Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do município. Apesar de ser um grande imóvel e construído anteriormente à criação das Leis e Plano Diretos, os afastamentos não condizem com o ideal. No entanto, as alterações que serão feitas na nova proposta abrangerá a questão dos parâmetros urbanísticos, além, de respeitar cada item sobre o impacto de vizinhança.

CAPÍTULO 4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O presente estudo compreende a elaboração de um anteprojeto de intervenção física em um patrimônio edificado, a Fábrica Peixe, que visa à reestruturação do imóvel, através de ações da readequação do uso existente, o comércio.

4.1 DIRETRIZES INICIAIS PARA INTERVENÇÃO

Para realização dessa proposta, serão utilizadas, como embasamento teórico, as cartas citadas no capítulo 1, para se intervir na edificação e adaptá-la, de forma coerente, com os parâmetros de nível federal e municipal. São elas: Carta de Veneza (1964), os princípios que devem presidir à conservação e ao restauro dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados no plano internacional; Carta de Nizhny Tagil (2003), que aborda definição, valores do patrimônio industrial, proteção legal, manutenção, conservação, educação e formação. Além do teórico como, Césare Brandi, que definiu conceitos e norteia as intervenções ao nível internacional.

Faz-se de extrema importância a verificação dos dados diante dos órgãos responsáveis por patrimônios históricos como o IPHAN, e também do poder público municipal, através do Plano Diretor Participativo e da Lei do Uso e Ocupação do Solo. Caso o imóvel não seja protegido como é no caso da fábrica, faz-se a elaboração do anteprojeto respeitando os valores culturais e arquitetônicos do Bem.

4.2 DEFINIÇÃO DO USO

A decisão de conservar um edifício tem como fundamento a especial qualidade arquitetônica da sua estrutura física, da área onde está inserida e, por fim, do interesse histórico. Os edifícios, após serem reconhecidos são impostas normas e limitações para intervenções no imóvel e na área, tanto no que diz respeito à reconstrução, quanto à conservação. Um dos pontos fundamentais para que isso ocorra é a escolha do uso adequado.

O uso atribuído deverá ter função social, já que representa parte da história e de cultura de uma sociedade. A determinação do uso deve, além de garantir a sua manutenção, atender às necessidades contemporâneas das atividades a que se destina, respeitando o edifício e compatibilizando os planos diretores da área com os planos de preservação histórico e cultural como também o uso e ocupação do solo. Com isso, verifica-se que o respeito ao edifício não está somente na maneira como ele se integra com o entorno, com a cidade, mas também como será o resultado espacial interno deste imóvel diante da mudança do uso. (BIENAL DE ARQUITETURA- RECIFE E OLINDA, 1992).

4.2.1 Uso escolhido

Foi a partir dos interesses comerciais e culturais que são vistos na cidade e dentro da edificação, além do levantamento “*in loco*” da realidade e potencialidade do imóvel, vistos na situação atual. Também após a realização da pesquisa com os próprios comerciantes e clientes, que desde a desativação da fábrica, e com passar dos anos em que ficou abandonada e após a sua reabertura para instalações de usos comerciais em benefício do crescimento econômico da cidade de Pesqueira. Foram analisados fatores baseados nos estudos e nas entrevistas sobre o edifício, sua importância como marco referencial e arquitetônico (herança) e sobre os usos que melhor se adequariam a sua condição de edifício histórico da cidade. Embora não reconhecido, foi levado em consideração o uso já existente: o comercial, cuja proposta engloba o reordenamento do comércio de forma que todos os cidadãos sejam beneficiados.

A escolha do uso, além de se adequar às necessidades de uma prática vivenciada há algumas décadas, como a feira livre, deve conter um zoneamento e programa que se encaixem as condições físicas do edifício, objetivando não destruir as características originais da fábrica. Além de analisar todas as possibilidades dentro das legislações da Lei do Uso e Ocupação do Solo da Cidade - LUOS, na falta dela, o Plano Diretor Participativo de Pesqueira.

Visto desse modo, haverá intervenção para a construção de um novo volume referente ao anexo para o mercado público, no pátio interno da fábrica. O diálogo do novo e do velho deverá ser destacado. O novo referenciando-se com o velho, numa base contextual da época, acima de tudo respeitando, enriquecendo e valorizando o Bem e seu entorno.

4.2.2 Consequências do novo uso

A mudança do referencial fabril para comercial e cultural altera a concepção do espaço, não só no sentido restrito à própria edificação, como também no âmbito geral. Já são várias as consequências positivas e prever-se as negativas para a Fábrica Peixe com a implantação deste novo conceito de uso:

A criação de anexo para atender às necessidades de novo programa, com o conceito que respeite as características do edifício principal, a fábrica;

Um novo ponto atrativo para a cidade, onde a população terá acesso a atividades relacionadas ao comércio popular.

Uma nova fonte de empregos, pois o uso requer um grande número de comerciantes e de funcionários.

Uma manutenção garantida de edificação através do uso adequado, pois, tanto a construção, a utilização, como as transformações desses ambientes construídos se concretizam-se pelas suas articulações com os processos econômicos, político-administrativos e ideologias mais sérias da sociedade.

Contudo, pode-se considerar como perdas algumas alterações que se farão necessárias ao novo uso, mesmo que elas venham a ser feitas respeitando as características morfológicas do imóvel. Entretanto, considerar essa perda não muito significativa, garantindo a permanência, a vida do edifício.

4.3 ANÁLISE E PROPOSTAS DAS ATIVIDADES

As propostas das atividades comerciais, que serão desenvolvidas no pátio interno da antiga fábrica, foram baseadas nas entrevistas realizadas com o público alvo e os estudos realizados “*in loco*” e também dos estudos de casos realizados. A necessidade de organização da infraestrutura atual faz-se muito importante.

As atividades serão divididas em três setores, de acordo com suas respectivas funções. Mas apenas um setor (feira livre e mercado) foi desenvolvido a proposta de intervenção e anteprojeto. São eles:

O Setor dos Galpões, por se tratar da real construção edificada do conjunto da Fábrica, se torna o maior em dimensão. Possuidor de aproximadamente cinquenta galpões em funcionamento, por negócios ou mesmo depósitos de empresas privadas, que pagam à Prefeitura, responsável pela Fábrica. Neste caso, nenhuma atividade nova irá ser inserida, apenas permaneceriam as que já estão consolidadas. Estão situados dos dois lados da Rua Coronel Carlos de Britto, ligados por passarela, os galpões são vistos possivelmente de toda a cidade de Pesqueira. Faz-se os muros da construção. Seu estilo é diferente de qualquer outra construção existente na cidade, até mesmo as outras fábricas ainda existentes, não é tão grandiosa como a Fábrica Peixe.

Não haverá proposta de intervenção nessa etapa inicial do projeto, pelo simples fato de não conseguir material suficiente, como: plantas baixas, mapas de danos e nem permissões de visitas técnicas internas, diante aos donos das empresas instaladas, com intuito de saber e analisar como está a situação atual de cada galpão. E também do tempo disponível, que não é suficiente para tal pesquisa apropriada de intervenção no imóvel.

QUADRO 2- Análise do setor dos galpões.

	SETOR 01. GÁLPÕES
OBJETIVO	Organizar um polo, já existente, de serviços. Com objetivo de incentivar a industrialização e distribuição de matérias primas e comerciais.
SITUAÇÃO ATUAL	<ul style="list-style-type: none"> • Galpões e os armazéns utilizados de qualquer forma. • Estrutura arquitetônica do bem histórico, degradada. • Falta de investimento público e privado. • Falta de áreas para estacionamento de carros e vagas especiais. • Falta de banheiros públicos.
FUTURA PROPOSTA	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação, restauração arquitetônica dos galpões existentes. • Criação de áreas de estacionamento, com área verde. • Ampliação das calçadas. • Mudanças de fluxos para carros e pedestres, em toda a Fábrica Peixe.

FONTE: Autora da pesquisa, 2013.

O Setor da Chaminé irá sofrer uma mudança de incentivo ao lazer, convívio social e da apreciação da paisagem. Está situada no ponto mais alto do terreno, assim contém muitas subidas. Atualmente está cercado por vegetação crescida e muito barro. Sem nenhuma estrutura de apoio e proteção para o caminho de passagem, traz a essa área grande dificuldade de mobilidade. A chaminé de fato é um marco na história das atividades exercidas ali e também uma memorável lembrança por todos moradores de Pesqueira, principalmente aqueles que já trabalharam de alguma forma nela. Imponente, é possível torná-la em um ambiente de contemplação da paisagem da fábrica, como também de boa parte da cidade pesqueiraense.

QUADRO 3- Análise do setor da chaminé.

	SETOR 02. CHAMINÉ
OBJETIVO	Através da chaminé, marco referencial, tomar partido paisagístico.
SITUAÇÃO ATUAL	<ul style="list-style-type: none"> • Galpões e os armazéns subutilizados. • Estrutura arquitetônica do bem histórico, degradada. • Falta de investimento público e privado. • Falta de áreas para estacionamento de carros e vagas especiais. • Falta de banheiros públicos.
FUTURA PROPOSTA	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação arquitetônica dos galpões existentes. • Criação de áreas de estacionamento, com área verde. • Ampliação das calçadas. • Mudanças de fluxos para carros e pedestres, em toda a Fábrica Peixe.

FONTE: Autora da pesquisa, 2013.

Por fim o Setor da Feira Livre e Mercado Público, objeto principal desta proposta, que engloba o novo anexo para um mercado público. Trecho da área da fábrica que funciona precariamente a feira da cidade. Sem nenhuma condição real de uso formal pelos comerciantes. Isso também afasta a população, por causa da falta de infraestrutura.

Projetar um equipamento que atenda a demanda populacional da cidade. E que sente a necessidade da reorganização da feira livre, onde disponibilizará novas barracas e setorizadas por ruas, onde as mesmas também darão acesso ao novo mercado. Projetado para receber cerca de 420 novas barracas. Atendendo aos fluxos do equipamento, respeitar a hierarquia das circulações e a funcionalidade do espaço.

QUADRO 4- Análise do setor da feira livre e mercado.

	SETOR 03. FEIRA LIVRE E MERCADO PÚBLICO
OBJETIVO	Criar um setor de comércio alimentício e serviços. Aproveitando a estrutura existente e adaptando. Diversificando através no anexo do mercado, para poder atender de forma formal.
SITUAÇÃO ATUAL	<ul style="list-style-type: none">• Falta de investimentos público e privado.• Infraestrutura precária. Esgoto a céu aberto. Sem local para resíduos sólidos.• Barracas de venda, degradadas.• Desorganização da feira.• Sem local para abastecimento.
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E ANTEPROJETO	<ul style="list-style-type: none">• Reorganização dos setores para feira livre.• Criação de áreas de estacionamento, com área verde.• Ponto de táxi.• Proposta de um anexo para mercado público.• Integração da nova área comercial com o comércio já consolidado.

FONTE: Autora da pesquisa, 2013.

Conceber um partido arquitetônico a partir da função do comércio, com uma volumetria bem definida e harmoniosa com os edifícios existentes da fábrica.

4.4 LEGISLAÇÃO

A proposta de intervenção deve ser desenvolvida segundo as normas vigentes de Uso e Ocupação do Solo da Cidade de Pesqueira e do Plano Diretor Participativo da Cidade e a NBR 9050.

Lei de Uso e Ocupação do Solo em Pesqueira – LUOS

Segundo as diretrizes retiradas da lei e explicadas no capítulo 3 sobre a área, serão respeitados os parâmetros urbanísticos. Mesmo a construção do mercado público, sendo no pátio interno da fábrica, e que não seja necessárias leis e parâmetros construtivos, serão de fato dados a eles total respeito. O objeto de definição para implantação da proposta, segundo as normas vigentes

TABELA 1- Parâmetros urbanísticos de Pesqueira.

PARÂMETROS URBANÍSTICOS	
Taxa de solo natural	20%
Afastamento frontal	5,00m
Afastamento lateral	3,00m
Afastamento fundos	3,00m
Estacionamento	174vagas

FONTE: Autora da pesquisa, 2013.

Para efeito de cálculo de estacionamento, o código de obras da cidade de Pesqueira não apresenta nenhuma informação quanto a relação de vagas e metros quadrados de área construída. Então, tornou-se como parâmetro a legislação vigente da LUOS da cidade do Recife que indica a razão de 1vaga / 50 metros quadrados de área. Logo o cálculo fica da seguinte forma:

$3.683,00\text{m}^2$ (área construída do mercado) \div $50\text{m}^2 =$ **74 vagas**.

Porém no âmbito geral da proposta para a fábrica apresenta-se com um total de 174 vagas, assim atendendo a legislação.

Memorial de Cálculo de Reservatório de Água

Destina-se um acúmulo de água para atender as necessidades de consumo e seus ocupantes. O cálculo feito é referente à densidade populacional em função de área construída.

Densidade Populacional: 1 pessoa/7m²

$3.683\text{m}^2/7\text{m}^2 =$ **526 pessoas**

Reservatório Superior: 80 litros / pessoa, acrescido de reserva para prevenção e combate a incêndio de 15.000 litros.

80 litros x 526 pessoas = 42.080 litros

Reservatório Superior + Taxa de Incêndio = 42.080 litros + 15.000 = **57.080 litros.**

Reservatório Inferior = 2x R. Superior = 2x 42.080litros = **84.160 litros.**

Lixo

O cálculo do volume de lixo a ser armazenado é equivalente a 4,6 litros diários por habitante em função dos usos a que se destina, considerado como não habitacional.

1 pessoa para cada 7,00 m² de área de construção

Número de pessoas = área construída / 7m²

3,683 pessoas / 7m² = **527 pessoas**

Cálculo do lixo = número de pessoas x 4,6 litros por dia = x litros por dia.

Cálculo do lixo = 527 x 4,6 = **2.424,20 litros por dia**

Com isso será utilizado 3 container de capacidade de cada 1000 litros. A lei destina que os compartimentos destinados a guarda temporária do lixo, devem ser construídos em alvenaria, revestidos internamente com material liso, impermeável e resistente a lavagens e dotados de pontos de água, luz e ralo para drenagem ligada ao sistema final de esgoto.

4.5 PROGRAMA E DIMENSIONAMENTO

Visando a adaptação do espaço da antiga fábrica, foi estabelecido o programa e dimensionamento, embasados em estudos de casos e experiências vivenciadas pelos próprios usuários.

Por se tratar de um uso pré-existente e consolidado, dentro das dependências internas da Fábrica, as definições e escolhas foi referente ao levantamento quantitativo das barracas da feira livre. Aspirações do uso para a área, com a demanda de comércio alimentício. O dimensionamento do novo equipamento, o mercado público, sobre a área disponível.

Para uma melhor compreensão da reorganização da feira livre, as novas barracas serão separadas por setores e por tipos dos produtos comercializados. Optou-se por esta divisão, pelo fato que, desta forma pretende-se atender ao maior número de usuários possíveis através dos corredores e setores, facilitando o encontro entre clientes e comerciantes.

TABELA 2- Quantitativos de barracas.

Tipos de mercadorias	Quantitativos de barracas da feira livre	Área da barraca (m ²)
Flores	18	3,00m ²
Grãos e ervas	34	
Calçados e Bolsas	18	
Roupas e sapatos	36	
Miudezas	18	
Doces	20	
Cordas e couros	22	
Prod. diversos	18	
Prod. orgânicos	26	
Frutas a granel	64	
Renascença	64	
Legumes, verduras e frutas	72	
TOTAL	410	

FONTE: Autora da pesquisa, 2013.

Para o mercado público, o comércio é diferenciado e requer uma boa estrutura de funcionamento. Foi desenvolvido com base nos estudos de casos. Observado e concluído que muitos comerciantes adquirem mais de um Box para vendas. A disposição foi feita de modo que existam variadas dimensões, para que satisfaça qualquer comerciante e acordo com a demanda dos seus produtos.

O programa ainda é composto por banheiros femininos, masculinos e portadores de necessidades especiais, DML, depósito, informações e hall social.

TABELA 3- Quantitativos de boxes.

Tipos de mercadorias para o mercado público	Quantitativos de boxes Por setor dos comerciantes	Área do Box (m ²)
Hortifruti	13	±de 7,00 à 16,00m ²
Granjeiros		
Laticínios	3	±15,00m ²
Defumados		
Miudezas	16	±de 5,00 à 15,00m ²
Grãos		
Carnes	5	±de 8,00 à 17,80m ²
Peixes e Pescados	5	±de 15,50m ²
Aves	4	±de 15,50m ²
Condimentos	6	±de 5,80 à 11,00m ²
Confecções		
Restaurantes	10	±14,00m ²
Banheiros	4	±25,00m ²
Depósito	1	±5,00m ²
TOTAL	69	----

FONTE: Autora da pesquisa, 2013.

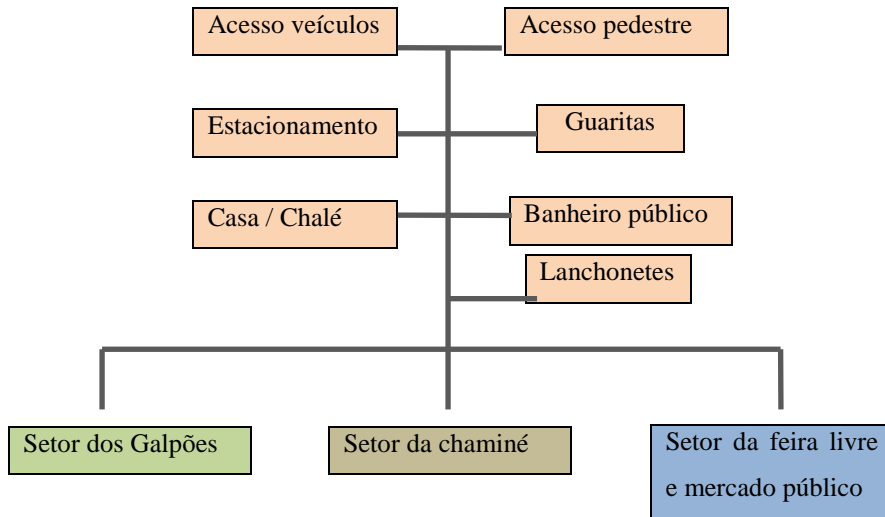
Diante da apresentação do programa percebe-se que o Mercado Público de Pesqueira, é realmente voltado a uma nova concepção de comércio, que a cidade desconhece, distinguindo da arquitetura existente.

4.6 ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA

O organograma funciona de forma a separar os espaços físicos da edificação, definidos no programa de necessidades e no pré-dimensionamento. Enquanto o fluxograma classifica e qualifica o grau do fluxo entre os ambientes. Para melhor compreensão do funcionamento e relação, entre os ambientes.

Foi separado em dois tipos. No âmbito geral da Fábrica, onde mostra em relação ao todo o terreno. E depois especialmente o setor da feira livre e mercado, local da proposta.

- Organograma Geral;



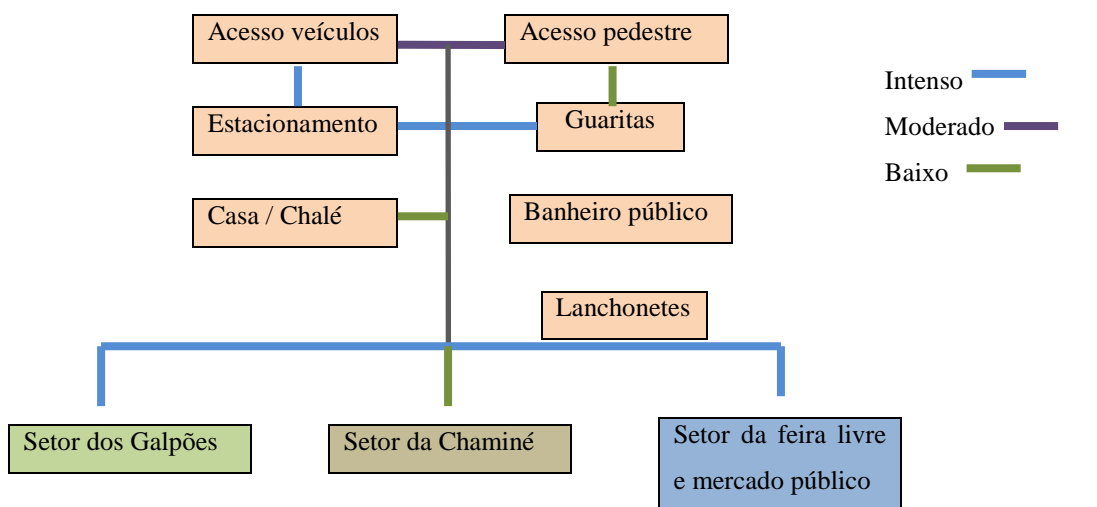
O fluxograma foi separado em dois tipos. No âmbito geral da Fábrica, onde mostra em relação ao todo o terreno. E especificamente, se tratando da feira livre e do mercado.

Fluxo Intenso - Corresponde aos ambientes onde a intensidade de circulação de pessoas é bastante significativa.

Fluxo Moderado - Se caracteriza pela circulação mediana de pessoas entre os espaços

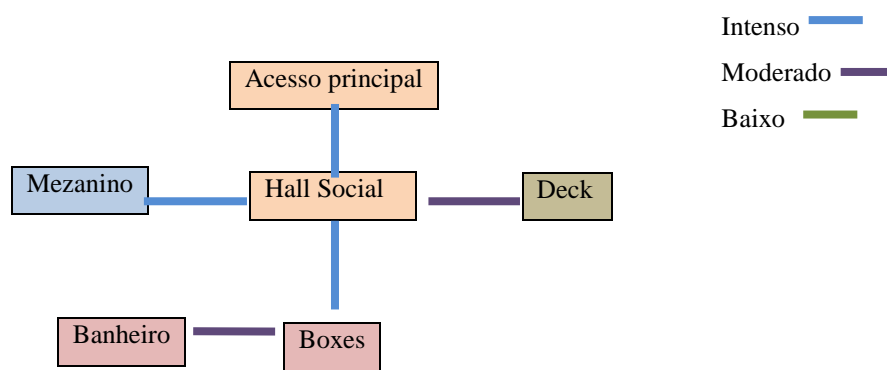
Fluxo Baixo – Corresponde às áreas com pouca movimentação de pessoas.

- Fluxograma geral;



- Fluxograma do mercado;

Legenda fluxos:



4.7 MEMORIAL ARQUITETÔNICO

Em 1901, surgia a grande Fábrica Peixe de Pesqueira, a prática industrial nunca vista na época, encontrava-se em um momento excelente. Os donos da fábrica, nessa década, já tinham desempenhado um notável trabalho decorrente da sua formação e do interesse no sistema alimentício, criando essa grande marca PEIXE. Participou e ganhou prêmios. Teve ativa participação no desenvolvimento e no cenário econômico do município de Pesqueira.

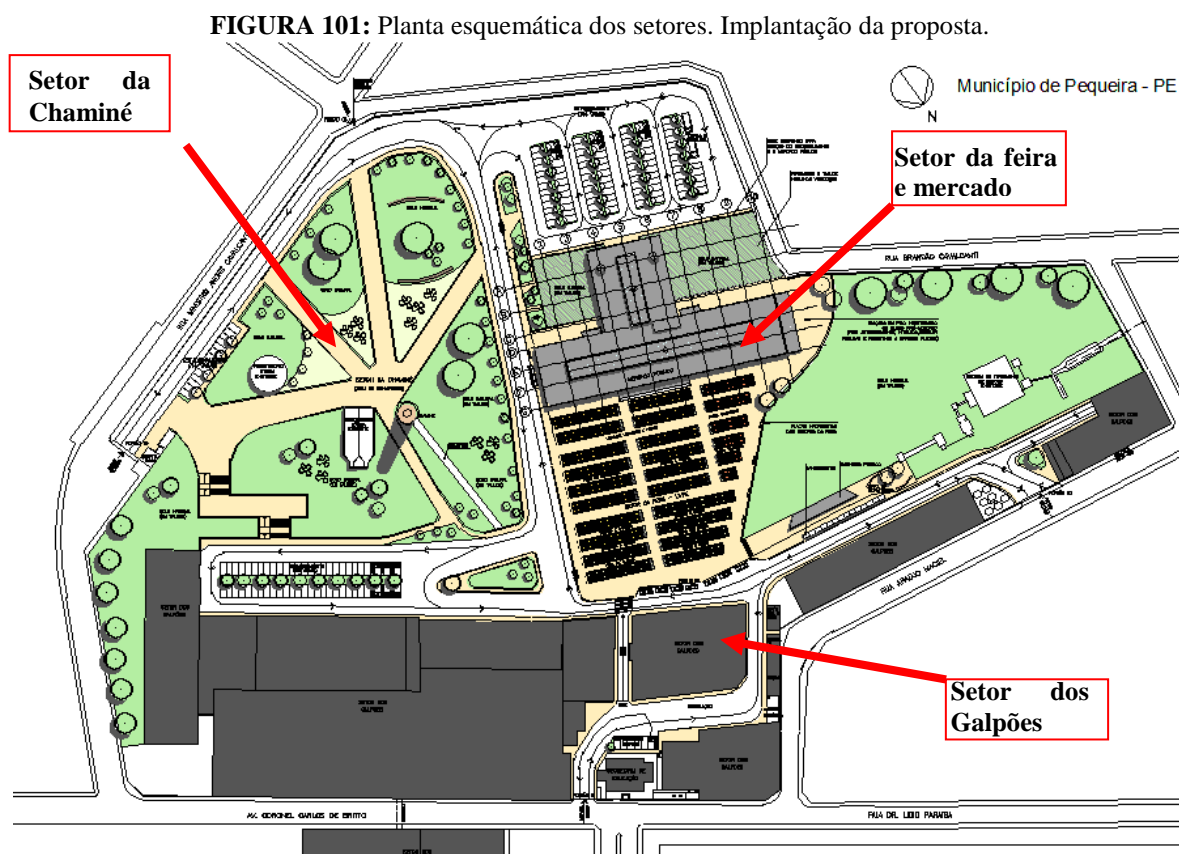
A antiga fábrica, nesse contexto, possuidora de um conjunto de galpões construídos sob a arquitetura industrial, inspirou-se no art decó. A organização do conjunto de edifícios dispunha de espaços amplos para grande fluxo de mercadorias e permitia obter vários acessos, de um modo fluido e envolto.

Atualmente, a fábrica encontra-se rodeada pela densa área comercial. Em virtude das novas necessidades funcionais e pragmáticas, a harmonia do conjunto foi sendo descaracterizada por novas construções de caráter circunstanciais dos fatos que ocorrem na cidade.

Segundo a Carta de Nizhny Tagil (2003), um sítio muito importante deve ser integralmente protegido, e não ser autorizada nenhuma intervenção que comprometa a integridade da construção e a sua história, principalmente para aqueles onde a única forma da sobrevivência é a reutilização. A Fábrica Peixe enquadra-se nesse contexto, em relação ao uso, porém como

não é um sítio, proposta foi feita de maneira a não agredir, e apenas atender a uma adaptação coerente, desenvolvendo um grande potencial econômico e cultural.

Dentro desse contexto, a intervenção na fábrica teve como princípios a adaptação de novo uso da prática comercial. A proposta segue como diretrizes, em três setores essenciais. Que foram escolhidos de acordo com as suas respectivas funções existentes.



FONTE: A autora, 2013.

1. Setor dos Galpões: a administração é feita pela Prefeitura Municipal de Pequeira, pois a Fábrica não é reconhecida como patrimônio histórico. É necessário o redesenho das plantas internas e externas, para começar um estudo de intervenção; conservar uma construção tão marcante e importante; sugerir futura proposta de intervenção no próprio edifício, recuperar a articulação formal e funcional do que existe atualmente, adaptando-os de forma correta, sem agredir tão fortemente a construção, valorizando a qualidade do conjunto edificado, com a demolição de todas as intervenções de caráter destrutivo e provisório. É possível haver uma reintegração compatibilizando novas infraestruturas ou tecnologias, que reforçam e

aperfeiçoam a beleza do patrimônio. Os materiais para serem utilizados, serão criteriosamente selecionados, em cordato com o projeto. Trata-se de uma construção que proporciona história e desenvolvimento na cidade. É preferível que seja feita, obedecendo a esses critérios, para não haver mudanças grotescas e fugir da realidade da população.

2. Setor da Chaminé: é de fato um marco na história da Fábrica, das lembranças das antigas atividades. Localiza-se no ponto mais alto, de acordo com a topografia do terreno. A intervenção paisagística nesta área se deu como partido a chaminé, como também o nome do setor. Foi por ela que os caminhos traçados do piso se criou dessa forma. Surgiu a ideia de que todos os caminhos levariam a chaminé, tornando-a ainda mais imponente. Cercado por muita vegetação, distinguindo os caminhos dos pedestres e gerando o lugar mais harmonioso, com a natureza. Coloca-se novas árvores e certamente permanecendo as existente.

Assim ocupa-se uma área ociosa com atividades de lazer ou passeio, até mesmo de contemplação da paisagem de montanhas que circundam a cidade. As condições ambientais soam uma das primeiras justificativas e principais características a serem consideradas na proposta de intervenção do pátio. Para Holanda (2010), no nordeste, essa situação fica mais evidenciada pela forte presença de sua natureza, de sua luz e de seu clima, a que as construções espontâneas são sensíveis, mas que só excepcionalmente participam dos projetos aqui construídos. Pesqueira está localizada no agreste pernambucano, onde as temperaturas variam.

3. Setor da Feira Livre e do Mercado Público: O partido arquitetônico surgiu em conjunto com o interesse das atividades exercidas nesse setor. Após extensa investigação sobre o uso oferecido, comércio alimentício, no local é analisado de forma criteriosa, mas sempre respeitando os feirantes, no seu local do trabalho.

A escolha da inserção do novo anexo foi estudada após análise da planta topográfica da fábrica. Observou-se que, em poucos lugares eram áreas planas. Há muito declive e muita ocupação de construções improvisada, espalhada por toda ela. A área que funciona boa parte da feira livre, não é usada por completo. Então se recomenda a instalação do mercado público próximo a ela.

Recomenda-se um edifício translúcido através de brises que filtrassem a luz e a ventilação criando interessantes visuais internos e externos de luz e sombra. Um edifício, convidativo e democrático, que desperte o interesse dos moradores e dos visitantes da cidade. A união do mercado público com a feira livre é um resultado almejado que em estudo, já se tem uma grande resposta positiva. No final, o grande objetivo é possibilitar melhores condições de trabalho e lazer. Uma das preocupações do anteprojeto é a relação do prédio com a cidade.

FIGURA 103: Mercado público e feira livre.



FONTE: A autora, 2013.

O mercado comporta dois pavimentos: Térreo e mezanino. A lâmina do térreo é composta por baterias de banheiros, escada, elevadores e grandes corredores de passagens por entre os boxes, que se dividem por setores, como: produtos naturais; sapateiro; relojoeiro; mercearia; artigos de festas; copiadora; artigos de couro; utensílios do lar; bijuteria; miudezas; confecções; calçados; depósito. No mezanino, outros serviços gastronômicos serão oferecidos como restaurantes.

Os acessos ao mercado são feitos por todas as fachadas, promove transição entre o exterior e o interior, facilitando a ventilação e iluminação de cada função. O espaço é amplo com pé direito duplo e muitas vidraças com alturas variáveis, no interior do edifício auxiliam a

circulação do ar. O painel que envolve todo o bloco é composto por placas cerâmicas pivotantes, que podem ser abertas e fechadas para melhor controle de condicionantes naturais.

O espaço torna-se mais convidativo pela generosidade de iluminação natural fracionada, filtrada pelo painel e refletida de forma mutável e dinâmica no espaço interno. Há, no mezanino, uma grande varanda para contemplação da paisagem da cidade e de lazer, marca a entrada principal no conjunto.

FIGURA 104: Perspectiva do Mercado



FONTE: A autora, 2013.

A fim de atender ao público foi proposta um estacionamento ao lado do mercado. Para carros de passeio e caminhões de carga e descarga de mercadorias.

Um deck em madeira é suspenso sobre o talude existente, promove a transição entre eles e também leva diretamente aos dois elevadores panorâmicos. Estes, envolto em estrutura de cerâmica, com aberturas aleatórias em seu redor. Duas estruturas gigantescas circulares estão localizadas no eixo de estruturação de todo o edifício, principalmente o mezanino que uma parte de encontra em “balanço”. A ideia foi criar uma lembrança da fábrica, resgatando o

velho no novo. Levando em consideração o fato da chaminé ser uma herança viva e de trazer um símbolo de tantas produções.

FIGURA 105: Mezanino e torres com elevador panorâmico.



FONTE: A autora, 2013.

A proposta de intervenção da mudança de uso da Fábrica Peixe vem contribuir a população da cidade uma arquitetura contemporânea onde pode dialogar com as outras construções do passado. Trazendo uma nova linha de pensamento, inovação e tecnologia. Em poucas palavras, um passo para o desenvolvimento construtivo, além do benefício da qualidade de vida, através de um polo de comércio alimentício, organizado e com ótimas condições de uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de transformar antigas indústrias em centro comercial ou cultural, já foi realizada com sucesso em muitos lugares do mundo. São inúmeros os exemplos como: SESC Pompéia/ SP, Moinho Santo Antônio/ SP, Fundação Progresso/ RJ, La Villette/ Paris, entre outros. Alguns motivos básicos são necessários para tal reconhecimento dessas mudanças nas antigas indústrias desativadas. Isso significa que a conservação do patrimônio tem sentido, se a comunidade inteira assim o desejar, obter-se a certeza do sucesso da intervenção. Além disso, esse desejo deve ser expresso através de propostas claras para o usufruto do imóvel, e que sejam acessíveis a toda a população. A ação cultural, além de focar os problemas existenciais, deve estar voltada para problemas reais de trabalho, habitação, lazer.

No caso da Fábrica Peixe, a cidade de Pesqueira necessita de um lugar central para relocar a feira livre, aglomerada nas ruas da cidade e frequentada por grande parte da população.

Trazer algum uso para a fábrica sofrendo com total abandono, onde foi verificada nas visitas em campo intervenções que o descaracterizam e devem ser corrigidas, como a importância do valor identitário do imóvel para os moradores pesqueirenses.

Os estudos proporcionam verificar que envolve-se questões culturais, históricas, econômicas, sociais e estéticas. A argumentação que sempre vem à mente dos teóricos e cartas patrimoniais é o bem histórico, representa a valorização da memória coletiva das sociedades em seus territórios. Mas faz-se necessário uma distinção crítica entre o que deve ser conservado e o que deve ser destruído. Para isso, é importante, mesmo com dificuldades, respeitar o patrimônio.

Por fim, o trabalho evidencia a preocupação, o respeito e dedicação com a história, que é de fato, imprescindível para uma proposta de intervenção fabril, com mudança de uso nesta proporção.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lidiane Aparecida. FILHO, Vítor Ribeiro. **Os mercados públicos e a cidade: as transformações do mercado municipal de Uberlândia.** Uberlândia: Revista online Caminhos de Geografia, 2011.

ANAIS DO II SEDUR. **Seminário sobre desenho urbano no Brasil.** São Paulo: Pini: Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP, 1986.

ANVISA. Portaria Nº 326 de 30 de julho de 1997. Regulamento técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e boas práticas de fabricação para os estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 ago. 1997. Seção i, p.16.560-3. Acesso em: 25 de maio de 2013.

ARQUITEXTOS, Vitruvius. **Vazios e ruínas industriais.** Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/869>>. Acesso em: 03 de abril de 2013

A - Z, Pernambuco. **Sertões de Pernambuco.** 2009. Disponível em: <http://www.pe-az.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=294:fabricapeixe&catid=42:economia&Itemid=101> Acesso e 30 de março de 2013.

BARBOSA, Cláudia. **Revitalização do Matadouro de Peixinhos.** Recife: Faculdade Unidas de Pernambuco, 2008.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade.** São Paulo: Perspectivas, 1996.

BRANDI, Césare. **Teoria del Restauro.** Torino: Giulio Einaudi Editore, 1977.

BO BOARDI, Lina. Sesc Pompéia. São Paulo: 2009. Disponível em: http://www.institutobardi.com.br/arquivo_lina.as, acessado em: 10 de março de 2013.

BOURDIEU, P. **A propos de la famille comme catégorie réalisée. Actes de la Recherche em Sciences sociales.** Paris: 1989. Disponível em: <<http://www.gerar.ufv.br/publicacoes/vinculos%20de%20sociabilidade%20e%20recoes%20>> Acesso em: 30 de março de 2013.

Carta de Atenas, 1931. **Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>, Acesso em: 04 de março de 2013.

Carta de Nizhny Tagil,. **Patrimônio Industrial.** Moscol: 2003. Disponível em: www.ticcih.org; acesso em 7/12/2005, Acesso em: 03 de março de 2013.

Carta de Veneza, 1964. **II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos movimentos Históricos Cultural.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>, Acesso em: 04 de março de 2013.

CAVALCANTI, Bartolomeu. **No tacho, o ponto desandou. História de pesca, de 1930 a 1950.** (Tese de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco: 2005. Disponível em: <<http://pesqueira.ifpe.edu.br/pdfgen.php?cat=30&sub=1>>; Acesso em: 05 de fevereiro de 2013.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2001, p.217.

CONDEPE, Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco. **Séries monografias municipais: Pesca.** Recife: 1ªed. Governo do Estado de Pernambuco, 1982.

CONDEPE/FIDEM. Agencia Estadual de Planejamento de Pernambuco. **Pesqueira Perfil Municipal.** Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2011.

CORREIA, Telma Barros. **Art déco e indústria – Brasil, décadas de 1930 e 1940.** São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos-USP, 2003.

CSURB. Companhia Serviços Urbanos do Recife. Recife: 2013. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/secretarias-e-orgaos/orgaos/csurb>. Acessado em: 10 de abril de 2013.

DAMAS, Faculdade. Norma de Formatação – **Trabalhos de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo**. Recife: Faculdade Damas - ARIC, 2013.

DIAGNÓTICO RECURSO HÍDRICOS. Cidade de Pesqueira, Pesqueira: 2005.

ESCRITÓRIO DA ARQUITETA. **PPMS arquitetos associados**. São Paulo: 2009. Disponível em: <<http://www.ppms.com.br/>>, acessado em: 10 de abril de 2013.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória**. Pelotas: Revista museologia e patrimônio vol.II, 2009, p.22.

FRANCO, Silvia Cintra. **Cultura – inclusão e diversidade**. São Paulo: Ed. Moderna, 2006.

FUNDARPE. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Recife: 2010. Disponível em: <http://www.fundarpe.pe.gov.br>>, acessado em : 20 de maio de 2013.

GIOVANNONI, Gustavo. **Dal capitello alla città**. Milano: Jaca Book, 1997, p.15.

GRACIA, Francisco de. Construir em lo Construido la Architecture. EREA, 1992.

HOBBSAWN, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Disponível em: <http://www.igt.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_TRADI%C3%87%C3%83O.pdf>. Acessado em: 04 de abril de 2013.

IPHAN - **Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/** (Brasil). **Plano de Preservação**. Sítio Histórico Urbano.Termo Geral de Referencia. Brasília: Ministério da Cultura, 2003, p.23.

JORNAL DO COMMÉRCIO. **A sirene da Peixe**. Disponível em: <<http://www.limacoelho.jor.br/index.php/A-sirene-da-Peixe>>, Acessado em: 10 de abril de 2013.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KEVIN, Lynch. **A Imagem da Cidade**; tradução Jefferson Luiz Camargo. - 3ª. ed. - São Paulo: WMF Martins Fontes Ed., 2011. – (Coleção cidades).

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**. Cotia – São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

MACHADO, Débora. Público e comunitário: Projeto arquitetônico como promotor do espaço de convivência. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2009.

MANIFESTO DE AMSTERDÃ. **Congresso do Patrimônio Europeu**. Europa, 1975.

MERCADO MUNICIPAL. Mercado da Cantareira. São Paulo: 2013. Disponível em: <<http://www.mercadomunicipal.com.br>>, acessado em:

NO BLOG. **Pesqueira em 1990**. 2011. Disponível em: <<http://ondevoceestavaempesqueiraem1990.blogspot.com.br/p/pesqueira-antigamente.html>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2013.

OBSERVATÓRIO DE TURISMO. Prefeitura de São Paulo. São Paulo: 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodoturismo.com.br/?page_id=57>, acessado em: 21 de fevereiro de 2013.

PANET, Amélia. Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002.

PESQUEIRA, Prefeitura Municipal de. **História da cidade**. Disponível em: <<http://www.pesqueira.pe.gov.br>>, Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

PESQUEIRA, Prefeitura Municipal de. **Decreto de Lei Nº 2.054/09**. Pesqueira: Câmara Municipal, 2009.

PESQUEIRA, Prefeitura Municipal de. **Livro de Enterramentos**. Pesqueira: Arquivo da Prefeitura de Pesqueira, 1949.

PINI, Sandra Maria Alaga. **Arquitetura Comercial e Contexto - Um estudo de caso: o Conjunto Nacional**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo: 2000.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.

PREFEITURA DO RECIFE. Mercados Públicos. Recife: 2013. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/projetos-e-acoess/acoess/programa-de-modernizacao-dos-mercados-publico>>. Acessado em: 15 de abril de 2013.

REVISTA VEJA. Restaurantes. São Paulo: 2013. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/>>, acessado em: 21 de fevereiro de 2013.

RIEGL, Alois. O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p.55.

ROSA, Carolina Lucena. **O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio**. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, 1.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultura. São Paulo, 2004, p.150.

SANTANA, E. Luís. **Fabricas viram lixo urbano**. Salvador: [s.d.]. In: IPAC. Processo de Tombamento, n. 003,1997.

SANTOS, Jaqueline Lima dos, BOECHAT, Patrícia Tereza Vaz. **Feira Livre: Dinâmica espaciais e identitárias**. Uberaba: 2005.

SANTOS, Minervino Osório dos. **Eu, a Fábrica Peixe e Pesqueira**. Pesqueira: Livre, 2008.

SÃO PAULO, Prefeitura. **Mercado Municipal da Cantareira**. Disponível em:<http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/historia/index.php?p=5978>, Acesso em: 10 de abril de 2013.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris, 2008.

VELLANES, Paulo de Tarso. **A Fábrica São Braz como referência na memória social de Plataforma**. In: MEZES, Jaci M. Ferraz de (Org.). Projeto memória da educação na Bahia. Salvador: Uneb, 2001.

WILSON, Luis. **Ararobá: lendária e eterna**. Pesqueira: Prefeitura de Pesqueira, 1980.

ZEIN, Ruth Verde. **Fábrica da Pompéia – para ver e aprender**. São Paulo: Revista brasileira de arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. Ed.149, 1992.

APÊNDICE

- 1.0 Questionário para Feirantes da Feira Livre de Pesqueira / PE;
- 1.1 Questionário para o consumidor da Feira Livre de Pesqueira / PE;
- 2.1 Planta Baixa Reestruturação da Fábrica Peixe;
- 2.2 Planta Baixa Situação, Locação e Coberta;
- 2.3 Planta Baixa Térreo;
- 2.4 Planta Baixa Mezanino;
- 2.5 Cortes;
- 2.6 Fachadas;
- 2.7 Fachadas;
- 2.8 Perspectivas;
- 2.9 Detalhes Barracas e Sinalização da Feira Livre;